

Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro*

FANY DAVIDOVICH **
Geógrafo do DEGEO — IBGE

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um esquema geral do sistema urbano brasileiro que, nas suas implicações espaciais, remete necessariamente a uma perspectiva geográfica e não apenas a uma visão macroeconômica.

A profusão atual de estudos sobre a urbanização brasileira revela preocupação crescente com o tema não só na área das ciências sociais como na da Engenharia envolvida com questões ambientais e outras áreas. Tal preocupação se caracteriza, na medida que os problemas da sociedade vêm-se projetando e cristalizando sobretudo nas cidades, a ponto de serem, freqüentemente, identificados e enfeixados como o problema urbano.

Escapa a nosso propósito apresentar uma resenha dos enfoques teóricos utilizados nos trabalhos sobre urbanização no País. Esta menção apenas se justifica para uma referência crítica sumária que introduza as concepções julgadas mais adequadas para o desenvolvimento de estudos urbanos.

Em largos traços, pode-se verificar que grande parte desses estudos se baseia em tratamentos teóricos parciais, que privilegiam, por exemplo, a relação entre urbanização e crescimento demográfico nas cidades ou a caracterização da urbanização através da especialização funcional não agrícola da população.

No tocante ao sistema urbano, como um todo, tem sido apontado que o número de trabalhos a respeito é ainda reduzido e que guardam

* Documento realizado por solicitação da POLURB/CNPU ao IBGE (set.-out. 1977).

** Colaboradores: Maria do Socorro Alves Coelho e Vera Maria d'Ávila Cavalcanti.

Agradecemos as opiniões de Olga Maria B. de Lima Fredrich e Pedro Pinchas Geiger.

um caráter descritivo, como são, em grande parte, os da esfera da geografia. Nessa disciplina observa-se, freqüentemente, a aplicação de postulados da teoria da centralidade, o que leva, de certo modo, a considerar o sistema urbano como um todo uniforme, em torno da prestação de serviços e bens pelas cidades. Por sua vez, a preocupação com ordem-tamanho dos centros conduz à identificação de níveis de desenvolvimento com a presença ou não de redes urbanas organizadas, à semelhança de modelos de urbanização de países ocidentais de economia avançada. Uma outra abordagem usual do sistema urbano brasileiro tem sido através do modelo centro-periferia, que o relaciona à estrutura regional do País e que implica, subjacentemente, nas relações de autoridade/dependência e na noção de equilíbrio/desequilíbrio.

Tais contribuições podem ser consideradas necessárias, mas não suficientes para um nível de explanação que vise ao processo de urbanização brasileira na sua especificidade, sem risco de confundir-se com o caso único ou ideográfico. Nessa ordem de idéias, cabe lugar para teorias mais abrangentes, no que se ressalta a importância de um enfoque "compreensivo". Entende-se com isto que devem ser caracterizados elementos de subsistemas, como o econômico, o político, o ideológico, e analisado o modo pelo qual suas articulações recíprocas se projetam no tempo e no espaço. O Espaço é visto, assim, como uma expressão do processo social, em seu sentido amplo, e como resultado de uma elaboração histórica.

Deste modo, um sistema urbano não se define apenas pelo conjunto de relações e interdependências que se desenvolvem entre as cidades num dado momento. De um lado, cabe considerar que essas interações estão na base da própria estruturação do espaço geográfico, envolvendo, portanto, uma noção espacial mais ampla do que a do sistema urbano em si. Além disso, torna-se necessário compreender as interações do sistema urbano, como reflexo de sua inserção em diferentes tipos de organização social, ao longo do tempo.

É a luz dessas características que se faz igualmente necessário compreender os movimentos de expansão e contração que podem animar a dinâmica de um sistema urbano. Significa dizer que essa dinâmica deve ser relacionada a processos de mudanças sociais e não simplesmente caracterizada por analogia à funcionalidade que é inerente a uma organização sistêmica.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Visualizado sob os aspectos sucintamente apresentados acima, o sistema urbano brasileiro caracterizar-se-á, necessariamente, pela complexidade que resulta de superposições e interpenetrações de estruturas espaciais produzidas em diferentes fases históricas do País.

2.1. Características Espaciais da Urbanização

Dado o cunho esquemático do presente trabalho, parece suficiente assinalar que essa complexidade envolve a emersão de nova etapa de crescimento da economia brasileira, de base capitalista industrial, desencadeada pelo tipo substituição de importações que, pelas características tecnológicas é pela urbanização intensa que promoveu, representou, segundo vários autores, um corte abrupto sobre a economia anterior de base exportadora de produtos primários.

A análise da implantação e desenvolvimento da industrialização no País pode ser encontrada em uma quantidade de estudos. Para o interesse imediato do tema que nos propuzemos a tratar assinalaremos apenas que a estrutura espacial da nação se viu afetada por uma economia que vem reformulando profundamente a estrutura dos quadros regionais anteriores, ao ampliar, de modo considerável, o segmento urbano. Sob essa ótica, podem fixar-se como aspectos principais:

a) que o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial no País implica na reelaboração de estruturas espaciais, através de formas novas que correspondem a novos processos sociais. De um lado, cabe considerar um processo cumulativo urbano-industrial que tem relação com o modo atual de inserção da economia nacional no sistema internacional, em substituição às articulações determinadas pelas vantagens comparativas que presidiram fases anteriores de ocupação do território, quando se constituiu o "arquipélago econômico".

De outro lado, cabe considerar que o modelo de crescimento econômico adotado prescindiu, relativamente, de uma estabilidade do sistema, isto é, desenvolveu-se às custas de desequilíbrios ora na balança de pagamentos ora na pauta dos preços e do câmbio, admitindo também desigualdades nas estruturas regionais.

b) que a expansão de uma produção capitalista no País, evoluindo para formas empresariais de oligopólio, em que estão envolvidos um considerável setor estatal e um setor privado com forte componente de firmas multinacionais, implicou em grande concentração urbana regional, na medida que tem como corolário as economias de escala e de aglomeração, ainda que em dimensões brasileiras.

Comandada por uma industrialização relativamente pouco integrada, dado o reduzido papel dos bens de produção e o das ligações intersetoriais, na qual, sobretudo a partir dos anos 50, se privilegiou a faixa dos bens de consumo duráveis, a nova etapa da economia articulou-se nas áreas urbanas mais importantes do Sudeste. Nessas áreas se reuniam tanto os requisitos exigidos pelo setor da produção, traduzidos nos níveis de capitalização, de capacidade financeira e de eficiência, quanto os reclamados pelo setor do consumo, configurados na densidade de mercado. Com estas qualificações, a região de concentração econômica vem influir na desestruturação de regiões tradicionais, inclusive pela progressiva eliminação das atividades locais, substituídas que são pelo fluxo de produtos procedentes do Sudeste. Caracterizam-se condições de dependência, como a do Nordeste, marcada sobretudo por transferências de capital e mão-de-obra para as unidades mais desenvolvidas, enquanto sua participação na pauta de importação da core área sofre contínua depreciação.

c) que a implantação de uma estrutura produtiva do capitalismo industrial implicou em considerável ampliação de base urbana do sistema. Ao longo das últimas décadas o ritmo de crescimento da população das cidades e vilas intensificou-se consideravelmente, perfazendo a população urbana, em 1970, cerca de 56% da população total, contra cerca de 31% em 1940.

A esse respeito tem-se chamado a atenção para o papel das elevadas taxas de incremento demográfico no País e para o das interações que o processo de urbanização desenvolve a nível de espaço. Trata-se de novas relações inter e intra-regionais que acentuam a mobilização de excedentes sociais para o segmento urbano-industrial. Estes excedentes dizem respeito a fluxos de recursos financeiros e de mercadorias e a fluxos de população.

No tocante à origem rural, por exemplo, as migrações são frequentemente interpretadas como desempenho que é em grande parte atribuído àquele setor pela industrialização, qual seja o de fornecedor de mão-de-obra para as grandes cidades do capitalismo industrial, fator de achatamento dos níveis salariais urbanos. Conforme tem sido divulgado, as novas condições econômicas contribuíram para transformações profundas no mundo agrário, seja pela deterioração de relações na sociedade rural, lá onde se mantém estruturas fundiárias tradicionais, seja pela introdução de novas formas jurídicas de trabalho agrícola, seja pelas mudanças de tecnologia e de tipos de produção. Por outro lado, assinala-se, também, que as migrações vêm assumindo nova orientação na medida que avultam deslocamentos de cidade para cidade, envolvendo centros de tamanhos maiores e não só os caracteristicamente ligados ao mundo rural.

Nesse contexto, a ampliação da base urbana do sistema se faz principalmente através da concentração, configurada em aglomerações e em um número crescente de grandes cidades, a par de uma diminuição da importância relativa das pequenas localidades. Efetivamente, entre 1950-1970, o conjunto das cidades que representavam, cada qual, menos de 0,05% da população brasileira, cresceu de 144%. Mas os conjuntos das cidades maiores como, por exemplo, o que reunia cidades entre 1,01 e 2,00% da população brasileira, cresceu de 781% naquele mesmo período. Em termos de participação, essa classe de centros representou cerca de 10% do total da população urbana, em 1970, enquanto, em 1950, essa categoria de cidades, cujo tamanho era de 500.000 a 1.000.000 habitantes, se posicionou em torno dos 3% (Porcaro, R.M. — 1977).

Dentro desta ordem de idéias, vale assinalar que a implantação de uma economia industrial no País vem impulsionando uma divisão territorial do trabalho, orientada sobretudo para a eficiência. Podem vislumbrar-se já, portanto, tendências à desestruturação de regionalismos tradicionais e à emergência de uma organização do espaço em unidades que correspondem, cada vez mais, a interdependência precipuas do sistema produtivo, a exemplo do que ocorreu em países de capitalismo avançado.

Tais considerações levam a constatar que, privilegiando objetivos de eficiência, o modelo de crescimento econômico induz a uma *compactação do espaço urbano*, em oposição a formas esparsas de distribuição urbana que, tradicionalmente, tem caracterizado a ocupação do território. Se bem que também possa ser identificada no setor rural, a idéia da compactação do espaço rebate sobretudo no setor urbano em expansão.

Esta concepção, que conduz à imagem de "contração" do espaço econômico do País, encontra apoio na política de integração nacional na medida que tal política envolve conciliação entre dimensões de regiões econômicas de produção e de regiões de demanda, com vistas ao efetivo funcionamento das empresas, no nível tecnológico atual.

2.2. A Dimensão Nacional da Nova Estrutura Espacial

A ampliação da base urbana do sistema pode ser reconhecida como estrutura espacial nova, que encampa uma *dimensão nacional*, em oposição à organização regional tradicional do território.

Como se disse antes, a expansão urbana apóia-se principalmente em um processo de concentração de recursos humanos e materiais. Mas

não se trata apenas daquele desenvolvido por uma presença física mais importante da indústria. Outras partes do sistema urbano, embora não submetidas a esse impacto, adiantaram-se na urbanização e também constituíram aglomerações, configurando-se diferenciações na capacidade produtiva e nas condições de vida daquele conjunto. Entre 1950 e 1970 a produção industrial expandiu-se à taxa anual de 8%, mas não foi acompanhada pela ampliação do emprego nas cidades, tendo sido este largamente superado pelo crescimento urbano. Mesmo assim, no eixo São Paulo—Rio, a concentração nacional do emprego industrial acentuou-se naquele período, passando de 57% a 62%, enquanto no Nordeste sua participação nacional na capacidade empregatícia se reduziu no mesmo lapso de tempo.

Estas condições se refletem em diferenças regionais do processo de urbanização. A organização urbana mais complexa, englobando diversificação nos tamanhos e funções das cidades, encontra-se no Sudeste e, em menor escala, no Sul. As regiões menos desenvolvidas definem-se quase por contraste, isto é, por um padrão mais homogêneo que se caracteriza pela oposição entre cidades grandes e pequenas, dado um escalão intermediário inexpressivo, e por estruturas funcionais mais simplificadas. Em 1970 o número de cidades no Nordeste era de 1.376 e no Sudeste de 1.410. Significativos se mostraram, porém, os contrastes na distribuição por faixas de tamanho populacional: na de 20.000 a 100.000 habitantes o Nordeste acusava 53 cidades e o Sudeste 128; na de 100.000 a 1.000.000 os números eram respectivamente de 11 e 30; na de 1.000.000 e mais apresentaram 2 e 3.

A caracterização da dimensão nacional do sistema urbano parte, portanto, da premissa de que representa contrapartida de uma política de integração nacional baseada na prevalência do interesse econômico.

Deste modo, a dimensão nacional do conjunto de cidades vai encontrar apoio no planejamento oficial, sobretudo o da órbita federal, que, como instrumento político e econômico de um poder reconhecidamente centralizado, intervém na alocação de recursos e, mediante estratégias setoriais, tem favorecido as produções de escala. Encontra igualmente apoio na expansão da acessibilidade do território do País, através das vias internas que, de um lado, contribuem para acentuar as concentrações urbanas, dado as maiores facilidades de mobilidade da população; de outro lado, respondem à pressão crescente sobre recursos naturais remotos que se destinam à economia industrial e à exportação, e também à necessidade crescente de alimentos que faz progredir o avanço da fronteira agrícola.

Sob tal enfoque, assume-se também que as grandes concentrações urbanas mantêm maior interação entre si do que com as respectivas áreas de influência, mas que é a partir delas que se geram os impulsos para o restante do sistema. Deste modo, a dimensão nacional do sistema urbano apóia-se na rede de interações desenvolvida pela economia industrial, cujo foco de irradiação é o eixo São Paulo — Rio. De um ponto de vista estritamente espacial, essa dimensão do sistema urbano compreende diferentes formas de inserção das cidades nas novas bases da economia. Esta inserção pode ser caracterizada sob vários aspectos, mas a apreciação que segue deriva do conhecimento empírico, envolvendo, implicitamente, o volume de população urbana, o crescimento das cidades, o nível da industrialização.

No arcabouço urbano preexistente podem distinguir-se entre outras: partes mais diretamente envolvidas na economia urbano-industrial, no que se produzem modificações acentuadas nas estruturas anteriores de cidades, em função da divisão territorial de trabalho em curso, como são as áreas metropolitanas e trechos periféricos; partes cujo envolvi-

mento no processo implica no crescimento de cidades favorecidas pela evolução capitalista das atividades agrícolas dos respectivos espaços regionais ou pela expansão rodoviária; parte relativamente marginalizadas desse processo, compreendendo centros situados em áreas de ocupação antiga, onde mantém funções tradicionais, podendo apresentar-se economicamente estagnados ou em declínio e tendendo a perder posições a favor de cidades mais envolvidas na dinâmica da integração econômica.

A dimensão nacional do sistema urbano implica também na criação de novas cidades que se vinculam a impulsos gerados a partir dos focos de concentração urbana, conforme anteriormente mencionado. Nesse particular, cabe distinguir o surgimento de centros decorrente da implantação industrial espontânea ou oficialmente induzida e da expansão de fronteiras de recursos, cuja integração envolve a valorização capitalista das terras ao longo das implantações rodoviárias. Cabe distinguir também a fundação de cidades em função da consolidação do avanço para o interior, como foi, entre outras, a motivação para a de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.

Essa caracterização traz à baila a questão de início colocada a respeito de estruturas espaciais produzidas em diferentes fases históricas e que estão na base da complexidade do sistema urbano.

Já em outro trabalho, especificamente voltado para a organização regional do País, fez-se referência ao processo histórico que, sem ser necessariamente determinístico, é capaz de influenciar a estruturação do espaço *a posteriori* (Geiger, Davidovich, 1974).

Nessa ordem de idéias, a distribuição das principais concentrações urbanas ao longo da fachada marítima impõe-se ainda como configuração principal do sistema, superpondo-se a uma estruturação legada do processo de ocupação do território. Atualmente, esta "litoralização" do sistema pode ser vista como uma "extensão do centro", a partir da idéia de que a desconcentração subsidiada de indústrias da core-área para outras metrópoles e grandes cidades que, com poucas exceções, se situam na linha costeira, visa principalmente a assegurar taxas de lucro ao capital sediado no Sudeste.

O legado histórico procede também quanto aos impulsos à interiorização, que se caracterizam ainda pela baixa densidade e pela dependência do volume de concentração econômica na litoralização. Deste modo, é a partir de São Paulo que se processa o adentramento mais importante do sistema urbano brasileiro no Sudeste e no seu prolongamento para o Centro-Oeste. Por sua vez, mesmo em áreas agrícolas mais recentemente incorporadas a essa nova dimensão nacional do sistema, a organização urbana, que pode apresentar-se já com certa hierarquização, ainda se apóia, freqüentemente, em modos tradicionais de exploração da terra.

3. UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DO SISTEMA URBANO BRASILEIRO

3.1. A Noção de Escalas da Urbanização

Os elementos abordados na parte anterior do trabalho remetemos ao que consideramos como uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. Significa dizer que nos introduzem à noção de *escalas de urbanização*.

As escalas são tomadas como dimensões diferentes de um mesmo processo de urbanização, a partir da idéia de que a urbanização é, por sua vez, uma das dimensões do processo global de desenvolvimento. O pressuposto aí contido, que se inspirou em grande parte no pensamento de Harvey, D., é o do sistema urbano compreendido como um todo, no qual as escalas de urbanização correspondem a ritmos desiguais com que as diversas partes do sistema se ajustam a mudanças.

Admite-se, assim, que as grandes cidades, por exemplo, mostram velocidade maior na aquisição de serviços, recursos e atividades do que as localidades menores. Grandes cidades convergem, pequenas cidades divergem. Mas ritmos desiguais também podem relacionar-se a condições desiguais de acessibilidade dos centros à economia metropolitana e assim por diante.

No Brasil o processo de urbanização como um todo refere-se à economia urbano industrial que compreende uma série de dimensões e subdimensões. Partes diferenciadas da estrutura urbana e ritmos desiguais no ajuste a mudanças serão definidos através da forma pela qual irão superpor-se estas dimensões e subdimensões.

Deste modo, quando se faz referência a uma escala da metropolização tem-se em mente a sua complexidade, já que nela estão agrupados centros urbanos de variadas características funcionais, correspondendo a múltiplas subdimensões da industrialização. Resulta que nesta escala se encontram as maiores aglomerações urbanas do País. Dado essas características, está igualmente implícito o pressuposto de que na escala em questão os centros desenvolvem interações mais intensas entre si do que com as cidades de suas áreas de influência, o que, teoricamente, encontra respaldo na própria natureza das relações interfirmas.

Por sua vez, uma escala que envolve pequenos centros dispersos pode dizer respeito a condições de maior inércia econômica e de frágil articulação da vida regional.

Cada escala da urbanização vai refletir, também, uma forma de integração entre determinados tipos de centros, integração essa que tanto pode implicar em relacionamento de longo alcance quanto em características funcionais de âmbito regional. Naturalmente, as escalas não são estanques. Em todas elas se fazem sentir, sob modos e intensidades diferentes, as interações geradas pela economia urbano industrial e pelo poder político a ela associado.

Portanto, em termos de conceituação, as escalas de urbanização podem ser assumidas como expressão espacial diferente de diferentes dimensões do processo de urbanização no País. Tais colocações deverão ser desenvolvidas teórica e metodologicamente, com vistas à sua explicitação. Situam-se, por ora, ainda a nível de proposta, visando a levantar hipóteses e linhas de investigação.

Um tal enfoque do sistema urbano tem implícitas a sincronicidade do sistema e a coexistência de diferentes formas do "urbano" no País. Assume-se que, no sistema urbano, coexistem centros com diferentes papéis, papéis esses que estão ligados à experiência histórica, à estrutura produtiva onde se encontram, à posição em face dos meios de circulação, ao impacto das economias metropolitanas. Um tal enfoque leva, portanto, a salientar não só a *posição relativa* das cidades nestes sistemas como a *função* que nele desempenham nas diferentes formas de organização da produção. Leva, igualmente, a admitir que a organização espacial do sistema urbano implica em articulações e interações complexas, que não se referem apenas a uma linearidade hierárquica.

Deste modo, hierarquias de tamanho de cidades que já se identificam no sistema urbano do País não são encaradas apenas sob a ótica de um modelo do tipo "*rank size*". Seria necessário analisá-las, segundo a posição e função que desempenham em escalas do processo de urbanização. Verificar-se-á, então, que alguns dos centros que superam os 200 mil habitantes integram áreas metropolitanas e seus anéis e eixos periféricos. Capitais estaduais que se identificam como cidades grandes ou aglomerações tendem, em muitos casos, a posicionar-se como extensões de foco metropolitanos na medida que se envolvem no processo de industrialização induzida. Como exemplo podem ser apontados João Pessoa e Natal em relação a Recife, ou Aracaju em relação a Salvador.

Por outro lado, vale igualmente considerar que centros com população inferior a 20.000 habitantes podem situar-se em "*regiões urbanas*" e aí exercer funções especializadas, desvinculadas do setor rural, enquanto aglomerados com população superior mostram, por vezes, proporção considerável de contingentes rurais, como são os "*bóia-fria*".

A respeito da própria noção de escalas da urbanização cabe acrescentar ainda que levam a abordar as cidades como componentes de estruturas espaciais e não como pontos isolados ou como unidades autônomas, ainda que inseridas dentro de redes urbanas. Por fim, vale igualmente assinalar que a noção de escalas evoca uma imagem de fluidez, compatibilizando-se, assim, com a própria fluidez da estrutura das relações sociais (Harvey, 1973). Pode ser, portanto, mais adequada para expressar a idéia de espaço em mudança do que a noção de subsistemas, que apresenta uma conotação estanque e funcionalista, na medida que envolve categorias e atividades fixas.

Do ponto de vista de seu desenho no espaço ou de sua configuração espacial, subdimensões das escalas da urbanização podem envolver tanto continuidade quanto descontinuidade física e estruturas com adensamentos maiores ou menores de centros. Torna-se possível reconhecê-las nos trechos de concentração urbana, nos agregados formados por centros de regiões agrícolas densas, na disposição de aglomerados ao longo de rodovias importantes, e também na distribuição esparsa de localidades em áreas que se caracterizam por condições econômicas precárias.

3.2. Interpretação das Escalas de Urbanização

A análise do sistema urbano do País, através da abordagem em escalas da urbanização, terá por base o conhecimento empírico e a utilização de indicadores simples, sem prejuízo da idéia que se pretende interpretar. Um posterior desenvolvimento do tema deverá implicar na elaboração de hipóteses e no uso de aparato técnico mais sofisticado, como modelos de interação, equações com medidas de distância relativa entre as cidades, de renda da população e outras.

A interpretação das escalas de urbanização se fará com base em parâmetros que permitem aferi-las a partir de características dos centros, tais como:

- I — o tamanho urbano;
- II — a dinâmica populacional;
- III — as condições de renda;
- IV — a posição na atividade industrial.

O exame dos dois últimos itens ficará restrito aos centros com população superior a 50.000 habitantes em 1970, para os quais já havia dados disponíveis. Explica-se, assim, o modo pelo qual foi organizada a tabela anexa (quadro 1).

As *unidades de observação* para a análise do tamanho dos centros e sua dinâmica populacional são as cidades e vilas com mais de 5.000 habitantes; informações essas obtidas a partir do Censo Demográfico de 1970. Procurou-se, assim, levar em conta que certas vilas apresentam população superior a do distrito-sede do município. As áreas metropolitanas e aglomerações urbanas mereceram, porém, tratamento diferente, incluindo a população total do município como consta em trabalho já realizado (B. de Lima, Davidovich, 1975).

Para os itens seguintes, isto é, condições de renda e posição na atividade industrial, adotou-se também como unidade de observação o município, em função da disponibilidade prévia de dados e o fato de que não haveria distorção na apreciação dos resultados.

O *tamanho dos centros* envolve, como se disse antes, aglomerados a partir de 5.000 habitantes, em 1970. Com este detalhamento, pretende-se apresentar uma visão mais global da distribuição urbana do País e uma aproximação da noção de integração espacial das cidades, ainda que através da evidência das densidades. A inclusão de localidades pequenas e muito pequenas, por exemplo, leva, em certos casos, a melhor identificar estruturas urbanas que se constituem em agrupamentos ou em escalas baseadas na contiguidade física, desde as áreas metropolitanas até as de conteúdo essencialmente rural.

Relacionado às demais variáveis, o tamanho urbano permite aferir certos postulados teóricos, como o da conexão entre magnitude dos centros e sua relevância econômica.

A *dinâmica populacional* dos centros refere-se ao crescimento urbano entre 1960 e 1970. Embora abrangendo um período muito curto, pode caracterizar tendências dos aglomerados no processo de integração nacional do sistema urbano. Uma hipótese a testar é, por exemplo, a da conexão entre estabilidade demográfica e a dimensão das grandes concentrações urbanas.

Tomando por base o crescimento da população urbana do País no período considerado, estabeleceram-se as seguintes classes de crescimento:

- crescimento muito forte (igual ou maior que 100%);
- crescimento forte (igual ou maior que 75% e menor que 100%);
- crescimento médio (igual ou maior que 45% e menor que 75%);
- crescimento fraco (igual ou maior que 20% e menor que 45%);
- crescimento muito fraco (menor que 20%).

Posteriormente, classes mais precisas deverão ser determinadas, mediante o cálculo da média e desvio-padrão do crescimento demográfico relativo dos centros do conjunto urbano em pauta, subdivididos segundo diferentes categorias de tamanho populacional. Para uma análise mais pormenorizada do crescimento de cada município componente das áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, tratadas aqui como unidades, remetemos ao estudo já mencionado (B. de Lima, Davidovich), no qual, como se disse, foram distinguidos os totais dos segmentos urbano e rural.

As *condições de renda* dizem respeito ao rendimento médio mensal da PEA com rendimento. Este indicador refere-se, basicamente, a salários que, como mostrou Tolosa, H., tem participação acentuada na distribuição funcional da renda nacional, contribuindo com aproximadamente 60% em 1960, de acordo com informações das Contas Nacionais.

Trata-se de uma variável que foi obtida por tabulação especial do Censo Demográfico de 1970. A caracterização dos centros procederá

de acordo com a classificação efetuada em "Análise das Aglomerações Urbanas no Brasil". Mediante a combinação das percentagens que se apresentaram em quatro grupos de rendimentos — menos de 200 cruzeiros; 200 a 400 cruzeiros; 400 a 1.000 cruzeiros; mais de 1.000 cruzeiros — identificaram-se os centros em diferentes situações, ordenadas de modo crescente, a saber:

a) precariedade, que diz respeito à prevalência de rendimentos inferiores a 200 cruzeiros mensais, variando entre uma situação extrema, precariedade 1 e 2;

b) intermediária, que se refere a um progressivo destaque dos rendimentos de 200 a 400 e de 400 a 1.000 cruzeiros, compreendendo situações 1, 2 e 3;

c) favorável, em que cresce a participação dos grupos mais elevados de rendimentos, e que, igualmente, foi subdividida em três situações.

A análise dos rendimentos deverá ser, porém, complementada com outros indicadores, como os de infra-estrutura sanitária e água, saúde e educação, com vistas a obter uma noção da renda real. De acordo com Titmuss, citado por Harvey, D. esta noção refere-se às possibilidades de comando sobre recursos escassos da sociedade.

Por sua vez, a *posição na atividade industrial* é tomada como "proxy" da posição dos centros na economia nacional, dado o papel da indústria na geração de recursos para o Estado e para o município. Utilizou-se, neste caso, uma medida simples de produtividade, como é a da razão Valor da Transformação Industrial (VTI)/Pessoal Ocupado (PO). Índices mais elevados expressam, naturalmente, uma posição superior do centro. Tratando-se, porém, de um valor relativo, a possibilidade de superdimensionamento pode ser criticada de imediato pela verificação dos números absolutos que figuram junto a cada unidade de observação.

Por fim, cabe alusão ao conhecimento empírico, a que se tem feito menção no decorrer deste trabalho, como uma das bases de interpretação. Assim, fontes principais de referência, convém mais uma vez salientar, são estudos recentes sobre aglomerações urbanas no Brasil, que vem se realizando na Divisão de Estudos Urbanos do IBGE. Deste modo, a designação dos "centros", bem como sua identificação por uma ou outra característica, reporta-se àquelas análises anteriormente efetuadas.

3.3. As Escalas da Urbanização

Assumidas como proposta e ainda a um nível de grande generalização, distinguir-se-á como principais escalas da urbanização no País:

I — a Escala de Metropolização, que envolve as áreas mais diretamente afetadas pela economia urbano-industrial. A delimitação desta escala apoiou-se basicamente em critérios utilizados em um trabalho (Barat, Geiger, 1973) — no qual se caracterizaram áreas de influência metropolitana mais imediata, contidas dentro de raios diferentes, calculados a partir da magnitude populacional de cada metrópole, a saber: São Paulo = 200 km; Rio de Janeiro = 170 km; Belo Horizonte = 90 km, Recife = 84 km; enquanto os de Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém e Curitiba se situam entre 78 e 75 km, aproximadamente. Assume-se, portanto, a idéia de que esses espaços se constituem em estruturas metropolitanas, compreendendo não só áreas metropolitanas propriamente ditas como trechos que lhes são contíguos.

A extensão do impacto metropolitano que se relaciona à velocidade do transporte parece ter, como alcance significativo, a isócrona de duas horas aproximadamente, a partir do foco principal. Os diferentes raios apurados indicam que essa distância apresenta diferentes implicações espaciais para cada metrópole. Vale dizer que em algumas dessas estruturas já se manifesta, acentuadamente, uma nova divisão territorial do trabalho urbano, em que antigas funções de cidades se transformam sob o impacto da metrópole, amalgamando-se os centros em conurbações, em aglomerações de diversos tipos, e em eixos.

Essa escala vem definir-se sobretudo pelo maior tamanho urbano, que reflete as economias de aglomeração já constituídas no sistema de cidades e diferentes formas de concentração urbana. Efetivamente, nela figuram as principais concentrações urbanas do País, perfazendo 62,72% de um total de 44.654.079 habitantes.¹ Essa concentração envolve as densidades mais elevadas de centros, implicando em formas de aglutinação que abrangem consideráveis extensões em área. Deste modo, as cidades não incluídas em aglomerações, que figuram nesta escala, já participam de contextos espaciais integrados a áreas metropolitanas.

A escala da metropolização compreende, assim, os vários tipos de áreas metropolitanas e muitas das aglomerações urbanas classificadas em trabalho já mencionado, onde também se indicaram os trechos que se constituem em região urbana polinucleada (aglomerações de Jundiaí e Campinas, mais as cidades de Piracicaba, Limeira, Rio Claro, entre outras) em eixos (aglomerações do vale médio do Paraíba) ou em tendência a eixo (Petrópolis—Juiz de Fora ou Salvador—Feira de Santana, e outros).

Trata-se de agrupamentos de centros que podem ser vistos como escalas de contiguidade física dentro da escala da metropolização. Pela complexidade que apresentam, traduzida aqui na densidade de centros e na variedade de tamanhos e tipos de crescimento urbano, as áreas das metrópoles nacionais sobressaem largamente sobre as demais.

No que tange à relação entre tamanho populacional e importância econômica, já mencionada, pode-se notar:

a) a relação se confirma quanto às condições de rendimento. Verifica-se que as áreas metropolitanas, isto é, as maiores concentrações, detêm os níveis mais altos face às respectivas regiões, abstraindo as diferenciações internas ao longo da escala. Em outras palavras, as *situações mais favoráveis* (favorável 3) se encontram em unidades do Centro Sul, mas, à exceção da periferia da Grande São Paulo, onde não há grandes contrastes com o foco principal, nota-se que mesmo as áreas metropolitanas em condições inferiores de rendimento se posicionam muito acima dos centros de suas regiões de influência mais próxima.

b) a relação com a produtividade industrial não se coaduna necessariamente com um tamanho maior dos centros. Os índices mais elevados se encontram geralmente em aglomerações da região de impacto metropolitano mais imediato, sobressaindo a de São Paulo, por larga margem. Os índices registrados nos centros dessa região traduzem um nível de desconcentração espacial da indústria, não observado em torno dos demais focos metropolitanos do País.

A produtividade mais elevada tem lugar em centros especializados em indústrias de bens de produção, como a petroquímica na aglomeração de Santos (Cubatão), mas principalmente a siderurgia, com realce

1 Total da população urbana dos centros de 5.000 e mais habitantes, em 1970.

na aglomeração de Barra Mansa—Volta Redonda. A importância desse tipo de indústria dentro de áreas metropolitanas caracterizadas pela diversificação fabril, como as de São Paulo e Rio de Janeiro, ou pela industrialização induzida, como a de Salvador, deve responder pelos índices de produtividade superiores em relação às demais. Trata-se de atividades que, via de regra, se localizam fora do núcleo central, no que contribuem para aquele caminhar ou desconcentração da indústria rumo às periferias das áreas metropolitanas. Efetivamente, no trabalho inicial sobre aglomerações urbanas, São Paulo e Rio foram identificadas em um estágio mais avançado de metropolização, inclusive por um crescimento demográfico relativo (1960/70) do município central, inferior ao dos municípios periféricos.

Por sua vez, a relação entre tamanho urbano e crescimento demográfico não confirma, de modo geral, os postulados anteriormente enunciados. Isto é, concentrações que, teoricamente, deveriam mostrar certa estabilidade populacional, ainda não alcançaram tal situação.

De um lado, nota-se que a área metropolitana de São Paulo acusa grande crescimento relativo. De outro lado, cabe assinalar que um crescimento relativo em torno da média nacional ou ligeiramente inferior pode ser muito significativo em termos absolutos, quando se trata de uma grande concentração. Para exemplificar, o aumento populacional entre 60 e 70 na área metropolitana do Rio de Janeiro foi de 47,73%, mas implicou em um total de 2 milhões de pessoas, aproximadamente. Vale ainda considerar que uma interpretação mais efetiva desses acréscimos deve levar em conta o que representam para a capacidade de recursos das aglomerações.

A escala da metropolização atesta, por conseguinte, que o processo de transferência de população para os maiores centros do sistema urbano estava ainda em curso naquela década.

Nesse tocante, vale dirigir a atenção para crescimentos impressionantes, como os das áreas metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, a que se contrapõem trechos de esvaziamento absoluto de população rural nos respectivos estados, fazendo ressaltar de modo particular a imagem do confinamento do espaço, antes levantada. Essa imagem também encontra eco na própria distribuição regional de cidades por faixas de tamanho, comentada em outra parte do trabalho; no Nordeste evidencia-se a dominância de pequenas localidades, enquanto no Sudeste avulta a concentração urbana.

Por fim, cabe salientar que os centros de maior produtividade industrial, como são os de bens de produção, tendem para certa estabilidade, dado um crescimento demográfico situado na média nacional. Aumentos percentuais elevados referem-se a alguns centros da periferia imediata de áreas metropolitanas, como São José dos Campos, Teresópolis e Feira de Santana ou a Goiânia, no que se podem reconhecer diferentes fatores de atração populacional, como a diversificação de atividades urbanas e/ou a modificação e mesmo deterioração das respectivas estruturas rurais, condições essas que podem ser inferidas pela posição dos centros nos rendimentos.

Os contrastes nas condições sócio-econômicas que se verificam ao longo dessa escala refletem problemas das regiões onde se encontram as áreas metropolitanas e outras aglomerações urbanas. Sua inclusão na mesma escala da urbanização relaciona-se às interdependências sócio-espaciais que se elaboram com o processo de economia industrial do país e à institucionalização oficial de novas divisões de espaço (regiões metropolitanas), que corresponde à intervenção do sistema político sobre o sistema econômico (Castells, 1973).

II — a Escala de Tangenciamento à Metropolização envolve ainda, a concentração urbana, posto que nela também se incluem aglomerações e grandes cidades. Junto à escala precedente, perfaz mais de 85% do total urbano em pauta.²

No sistema urbano estes centros mostram tendências de integração às estruturas metropolitanas, no que se caracteriza, em certos casos, uma condição intermediária, dada a um tempo, as transformações que neles já se processam e a manutenção de funções regionais tradicionais.

Essa escala se define sobretudo pelo contato dos centros com a metropolização, compreendidas aí as relações com a economia industrial e com o poder político a ela associado. Um tal contato pode referir-se:

— à posição geográfica junto às periferias dos segmentos metropolitanos. Exemplos: Ribeirão Preto (SP), Ponta Grossa (PR), agl. João Pessoa (PB). Contrastes sócio-econômicos observados entre os centros podem ser relacionados aos próprios contrastes entre os focos metropolitanos a que estão conectados. Verifica-se, assim, que condições superiores se encontram nos que se localizam no contato com a periferia do segmento metropolitano de São Paulo;

— ao papel do empresariado local no desenvolvimento de indústrias de âmbito nacional, como em Caxias do Sul (RS), Blumenau e Joinville (SC);

— à atuação da esfera federal, no tocante à consolidação do setor administrativo ou industrial, de que se têm exemplos em Vitória (ES), Natal (RN) ou Manaus (AM).

Comparando com a escala da metropolização, nota-se como principais aspectos:

— tamanhos muito menores e menos variados, com o máximo de 300.000 habitantes, aproximadamente;

— os agrupamentos de centros são menos densos e as aglomerações mais isoladas; à exceção de Vitória e de Ipatinga, que balisam os limites setentrionais da core-área nacional, as aglomerações urbanas dizem respeito a capitais nordestinas, enquanto nas demais regiões essa forma de concentração urbana está ausente, nelas figurando apenas cidades individualizadas;

— um crescimento urbano relativamente equivalente nos percentuais apresentados, mas, ao contrário da escala da metropolização, os índices elevados dizem respeito a centros de siderurgia, porém de desenvolvimento mais recente, como as aglomerações de Ipatinga (MG) e de Vitória (ES), a que se soma o papel de capital estadual ou a centros do complexo químico-carbonífero de Santa Catarina. Nessa escala podem se observar diferentes efeitos de polarização exercidos por cada um dos focos metropolitanos. Os que tangenciam a região de São Paulo acusam crescimento urbano menor do que os centros que se encontram na região Sul, refletindo a força de atração da metrópole bandeirante.

Por sua vez, as capitais nordestinas apresentam incremento populacional em uma faixa média superior (quadro 2). Esse crescimento para os estados respectivos elaborou condições de primazia urbana, à exceção de Natal. Aracaju (SE), por exemplo, concentrou boa parte do incremento urbano estadual, esvaziando as funções de uma rede tradicional de pequenos centros, como Lagarto, Itabaiana, Estância. Maceió (AL) passou a representar uma dimensão urbana cinco vezes maior do que Arapiraca, a segunda cidade em tamanho no Estado;

² Nesse cálculo foram considerados apenas os centros com população acima de 50.000 hab, em 1970, como consta no quadro 1.

— posições inferiores nos rendimentos que não atingem à situação 3 e também na produtividade industrial, em média.

No entanto, o traço mais característico dessa escala da urbanização é o de que um tamanho urbano maior não se relaciona necessariamente a posições mais privilegiadas nos rendimentos, como ocorre na escala precedente. Refere-se muito mais à expressão econômica da indústria do centro, como em Caxias do Sul, Ipatinga ou Criciúma (SC), seguidos de Joinville e Blumenau, e ainda à posição de contato com o segmento metropolitano de São Paulo, como Bauru (SP), Ribeirão Preto e outros, e com a área metropolitana de Porto Alegre, que confirma mais uma vez a posição de Caxias do Sul. Essas observações levam a constatar a debilidade de estímulos industriais a partir da área metropolitana do Rio de Janeiro para sua área de influência mais próxima.

Ao contrário da região de São Paulo, onde uma situação de precariedade só aparece a considerável distância da metrópole, em Franca (SP) os centros que se relacionam às demais estruturas metropolitanas, assim como na escala da metropolização, mostram condições muito mais contrastantes nos rendimentos, como se pode verificar em Barbacena (MG), em Divinópolis (MG) e principalmente nos centros do Nordeste. Nessa região os centros figuram entre os de maior tamanho ao longo dessa escala, mas nela já desponta uma situação de extrema precariedade, como a de Caruaru (PE).

A semelhança da escala de metropolização, observa-se que uma produtividade industrial mais acentuada se refere à siderurgia do aço (Ipatinga), contrastando com a produção de gusa (Divinópolis) e com o extrativismo mineral (Tubarão, SC). Sobressai também a diversificação mecano-metalúrgica (Joinville, SC e São Carlos, SP), mas já desponta a eficiência da indústria alimentar (Araraquara, SP), que vai caracterizar-se sobretudo na escala de urbanização a seguir.

III — a Escala das Funções Regionais envolve também centros de grande tamanho. Efetivamente, aí se encontram aglomerações urbanas de diversos tipos em torno de capitais estaduais e de centros regionais, como se pode observar no Nordeste e no Sul, além de várias cidades na faixa dos 100 mil habitantes, perfazendo 12,16% do total (quadro 1).

A semelhança da escala imediatamente anterior, as maiores unidades também se mostram isoladas, em oposição à aglutinação de centros que se identifica na escala da metropolização e que caracteriza particularmente a integração na economia industrial. Na verdade, pode-se verificar que os centros da escala das funções regionais marcam, via de regra, posições geográficas em que se evidenciam certos espaçamentos entre unidades de tamanho equivalente. No Sudeste, onde são mais numerosas as cidades na faixa dos 100 mil habitantes, esses intervalos são menores do que nas outras regiões, onde os maiores centros são geralmente separados por distâncias muito grandes.

Dessa maneira, observa-se que, em alguns contextos regionais, os centros podem ser visualizados como conjuntos, isto é, como escalas espaciais, que são configuradas por certas disposições locais. Trata-se, por exemplo, das cidades do planalto ocidental paulista e de seus prolongamentos para norte do Paraná, o Triângulo Mineiro e o sul de Mato Grosso. Trata-se, também, das cidades que tomaram certo vulto ao longo da rodovia Rio—Bahia, refletindo a interferência de um empreendimento federal na organização do espaço urbano.

A despeito de seu caráter descritivo, essas observações podem levar a hipóteses relacionadas a extensões espaciais, nas quais a manifestação de certos processos é mais caracterizada. As escalas espaciais formadas por esses agrupamentos de centros fazem pensar em contextos sub-re-

gionais que tanto podem traduzir uma divisão territorial do trabalho quanto unidades que indiquem um potencial de mercado, e assim por diante.

Na escala das funções regionais estão compreendidos centros que mantêm uma atuação de prestação de bens e serviços, no que se inclui a função administrativa, figurando, como se disse, algumas capitais estaduais. Trata-se de centros que podem ser alinhados como lugares centrais, dado a estrutura predominantemente mercantil em que se encontram. Caracterizam-se, portanto, por relacionamentos que os distinguem, teoricamente, de aglomerados mais envolvidos com a estrutura industrial. As diferenciações desta atuação decorrem das próprias bases da economia regional, vinculando-se à densidade demográfica das respectivas áreas de influência, a seu nível de renda, aos recursos naturais e ao tipo de produção.

Relativamente à escala de urbanização precedente, constata-se que aqui não se encontram diferenças sensíveis no tamanho urbano ou nos índices de produtividade industrial.

O máximo de população dos centros não alcança os 250.000 habitantes, mas são mais numerosas as cidades na faixa dos 100 mil habitantes. Por sua vez, a produtividade na indústria pode até exibir índices mais elevados, em média, em que pese à ausência da siderurgia. De um lado é preciso, porém, considerar a possibilidade de um superdimensionamento, como antes apontado, em função dos baixos valores absolutos freqüentemente envolvidos. Mas, de outro lado, as diferenciações observadas ao longo dessa escala a níveis inter e intra-regionais levam a constatar o papel de certos ramos da indústria de produtos alimentícios através dos índices mais altos exibidos, por exemplo, em Araçatuba (SP), Uberlândia (MG) ou Maringá (PR). Nesse tocante sobressai a indústria de frigoríficos, particularmente nas duas primeiras, ou a de moinhos de trigo, e ainda a presença de firmas dedicadas ao beneficiamento de algodão, à produção de óleos e outros, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA) e a Anderson Clayton.

Quanto ao crescimento urbano, as condições são mais contrastantes do que nas escalas de urbanização anteriormente analisadas. Alguns centros mostraram grande incremento, na faixa dos 100%, envolvendo, porém, problemas distintos.

Em certos casos esse crescimento resultou de um esvaziamento regional advindo da precariedade das condições rurais, impondo-se a cidade mais importante como o local de maior expectativa de sobrevivência. Citam-se as aglomerações de Petrolina (PE) — Juazeiro (BA) e de Teresina (PI), a que se acrescenta a função de capital, as cidades de Moçoró (RN), Santarém (PA) ou Campo Grande (MT). Em Lajes (SC) ou Montes Claros (MG), aos problemas enfrentados pelo setor primário das respectivas regiões somou-se, porém, a implantação de indústrias, influenciando no elevado crescimento urbano daqueles centros. Já em Londrina ou Maringá, o grande incremento pode ser relacionado a mudanças de natureza capitalista introduzidas na estrutura agrária da região e à diversificação de suas funções urbanas.

Por outro lado, vários centros apresentaram baixo crescimento, inclusive com taxas inferiores às do aumento vegetativo da população, envolvendo, também, problemas distintos.

Assim, nos de áreas tradicionais de pecuária, como a aglomeração Pelotas—Rio Grande e Bajé, refletem-se características regionais, manifestadas principalmente na baixa densidade demográfica, na própria distribuição equilibrada dos equipamentos urbanos, mas também na falta de renovação das atividades das cidades, o que já deve ter sido,

em parte, alterado com a recente implantação do superporto no Rio Grande, por exemplo. A seu turno, nas áreas gaúchas de trigo e soja, a estabilidade demográfica de certos centros regionais deve correr certamente por conta de estruturas agrárias, capazes de fixar população no campo.

Fraco dinamismo demográfico também registraram cidades de áreas agrícolas antigas e relativamente estagnadas, no que podem refletir-se, a um tempo, a incapacidade de atuarem sobre a revitalização das atividades rurais de sua região, além da competição exercida por uma polarização mais intensa de outros centros. Como exemplo podem ser citadas Cachoeira do Sul (RS) e Itajaí (SC) no Sul, Campos (RJ) e Cachoeiro do Itapemirim (ES) no Sudeste, aglomeração Crato-Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB) no Nordeste.

Ainda na presente escala de urbanização fazem-se sentir os efeitos da intensa polarização metropolitana de São Paulo, como se pode observar nos crescimentos urbanos moderados dos centros do planalto ocidental paulista, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto, e do Triângulo Mineiro, Uberaba e Uberlândia.

IV — a Escala da Fronteira de Recursos envolve centros menores do que os limites fixados para a presente interpretação. Como antes explicitado, os indicadores pertinentes referem-se apenas a tamanho e crescimento urbano. No quadro 2, organizado com todos os centros, por classes de tamanho e de crescimento urbano entre 1960 e 1970, os aglomerados da escala de urbanização em pauta figuram geralmente nas dimensões inferiores e nos acréscimos demográficos mais elevados em termos relativos, conforme se mostrará adiante.

A exceção é Macapá, cuja população alcançou a casa dos 50.000 habitantes em 1970. Ao contrário das cidades da escala da urbanização imediatamente anterior, reeditam-se neste centro condições privilegiadas de rendimento e de produtividade industrial, condições essas advindas de um epreendimento tecnicamente avançado, mas muito localizado, como é a exploração do manganês.

Um denominador comum aos centros que integram essa escala do processo nacional de urbanização pode ser reconhecido no seu papel de apoio à interiorização do País, estimulada pela pressão para a obtenção de matérias-primas e para a produção de alimentos, a partir das concentrações urbanas e industriais, e do mercado externo.

O movimento de penetração do território apoiou-se em uma plataforma de modernização, concretizada tanto na atuação federal sobre a expansão rodoviária, ou sobre a concessão de incentivos fiscais e de financiamentos, quanto no ingresso de capitais de São Paulo, principalmente, e na implantação da grande empresa pecuarista. Essas condições não anularam, porém, processos tradicionais de ocupação do território, baseados na disponibilidade de solos férteis e desocupados e de fluxos de mão-de-obra para o desbravamento, ao contrário, facilitados pela expansão da acessibilidade.

A despeito das modernas vias de penetração, a escala da fronteira de recursos é separada dos centros metropolitanos por grandes distâncias, na maioria das vezes. O marco temporal desse espaçamento que envolve a integração de novas áreas à economia nacional pode ser assinalado a partir dos anos 40, aproximadamente.

A referência ao tempo aponta para áreas com uma ocupação urbana ainda em vias de consolidação, ao contrário dos centros com organização mais estratificada, presentes nas outras escalas da urbanização e que, por vezes, representaram, no passado, o mesmo papel,

sucesivamente em frentes pioneiras e na sua retaguarda. Londrina e Maringá, por exemplo, já estão incluídas na escala das funções regionais. No Estado de São Paulo a aglomeração de Campinas figura na escala da metropolização, Ribeirão Preto na de tangenciamento à metropolização, e São José do Rio Preto e Marília na de funções regionais.

Por sua vez, implantações urbanas recentes, como as de Goiânia, mas sobretudo a de Brasília, foram caracterizadas na metropolização, dado as aglomerações que se constituíram em torno do papel desempenhado no interior pela capital do País.

Significa, portanto, dizer que na escala da fronteira de recursos estão compreendidos tantos assentamentos urbanos novos que balisam o avanço pioneiro quanto localidades que já correspondem a estágios de evolução da retaguarda desse avanço, na medida da própria estruturação de suas bases econômicas.

Aglomerados mais recentes distribuem-se, sobretudo, ao longo dos grandes eixos de penetração, como o da Belém—Brasília e o da São Paulo—Cuiabá—Porto Velho, formando, porém, ocupação mais expressiva em alguns trechos da periferia amazônica, como no norte de Mato Grosso e de Goiás, em Rondônia e no sudeste e centro-leste do Pará. A estes se acrescentam também os assentamentos urbanos nos últimos redutos de mata em regiões de ocupação antiga, como no sul da Bahia, no norte do Espírito Santo e no norte de Minas Gerais.

Vários desses aglomerados apresentaram crescimento relativo espetacular entre 1960 e 1970, como Naviraí (MT), fruto da colonização particular, que de 370 habitantes passou para 7.657, registrando o aumento relativo de 1.969,46%, ou Fátima do Sul (MT), nascida da colonização federal, que acusou acréscimo semelhante, no mesmo período, de 1.908,91%.

Uma posição privilegiada em relação à rodovia pôde impulsionar, por exemplo, a grande expansão populacional de Imperatriz (MA), entre 1950 e 1960, e as mais recentes de Araguaína (GO), Nova Andradina (MT) ou São Miguel do Araguaia (GO), na medida que lhes reforça a função de coleta de madeiras e/ou de produtos agrícolas. A passagem da estrada influi também na reativação de núcleos antigos, ao incorporá-los nas novas atividades econômicas, como Jaraguá (GO) ou Porangatu (GO). Mas a marginalização face às modernas vias de penetração contribui para acentuar a estagnação e decadência de vários desses núcleos antigos, entre outros, Porto Murinho, Poconé (GO), Barra do Bugres ou Porto Nacional (GO), cujas bases econômicas entraram em declínio, como o extrativismo e a navegação fluvial.

Por sua vez, o desenvolvimento de recursos energéticos deu propulsão ao explosivo crescimento relativo de Guadalupe (PI), 1.124,16%, em função da usina de Boa Esperança, e ao incremento de Três Lagoas (MT), ligado ao complexo hidrelétrico de Urubupungá.

Vinculado à progressão das atividades econômicas, o crescimento urbano dos pequenos centros que se desenvolvem junto ao avanço pioneiro mostra ritmo instável, com períodos de rápida expansão ou de rápido declínio.

Nos trechos que já se constituem em retaguarda das frentes pioneiras, a dinâmica da urbanização é variável. Em áreas de culturas industriais de franco desenvolvimento verifica-se ainda forte crescimento, como no noroeste, oeste e sudeste do Paraná, distinguindo-se Cascavel, Umuarama, Campo Mourão, Goio-Erê, Pato Branco ou Francisco Beltrão, e também no oeste catarinense, com Xapecó, Xanxerê ou São Miguel d'Oeste. Em áreas onde a pecuária vem substituindo as lavouras, o aumento urbano é mais baixo, como nas cidades dos vales do

Mearim e do Pindaré no Maranhão, em que se destaca Bacabal, ou nos do Mato Grosso de Goiás que, fundados como colônias em 1940, emergem como pequenos centros, a exemplo de Ceres, Goianésia ou Rialma.

Nesses trechos já se esboçam estruturas urbanas de lugar central, tendo, porém, como principal atividade a função de coleta e comercialização de produtos agrícolas. Por outro lado, a densidade de centros, em várias partes, permite compará-los a *clusters*, isto é, são agrupamentos que se constituem em escalas espaciais de contiguidade física, a exemplo das áreas citadas no parágrafo anterior.

Esses adensamentos de centros sugerem ao planejamento estratégias que levem em conta o desenvolvimento de interdependências entre os aglomerados, através da integração de atividades em unidades de espaço que podem ser concebidas como um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escalas da urbanização apresentadas trazem à evidência um sistema urbano submetido a mudanças muito rápidas, aferidas pelos diferentes ritmos de crescimento, e a forte desigualdades sociais e de distribuição territorial dos centros.

Duas ordens de considerações são aqui assinaladas: uma diz respeito às próprias escalas da urbanização; outra, às suas implicações com estratégias de política urbana.

4.1 A referência às escalas de urbanização apresentadas não implica no esgotamento do tema. Possivelmente, outras dimensões podem vir a ser reconhecidas no processo urbano nacional. À guisa de exemplo, vale especular se localidades esparsas que pontilham vastas extensões de vida econômica frágil e inexpressiva não representam também uma escala da urbanização do País.

Mas, de outra parte, cumpre observar que centros com população inferior a 50.000 habitantes e que, por ora, deixaram de ser comentados, encaixam-se nas escalas de urbanização apontadas, inserindo-se em certas estruturas espaciais. Trata-se, por exemplo, da cidade de Três Rios (RJ), que complementa o eixo Petrópolis (AM do Rio de Janeiro) — Juiz de Fora (MG) ou da cidade de Itaúna (MG), no alinhamento Belo Horizonte — Divinópolis (MG). Trata-se, igualmente, de Araras (SP) ou Mojiguaçu (SP), inseridas no arco de centros que tangenciam o segmento metropolitano de São Paulo. Outros exemplos podem ser apontados, inclusive na escala das Funções Regionais, onde se encontram centros de níveis diversos, regionais, sub-regionais e locais, indicados na classificação das Regiões Funcionais Urbanas, do IBGE.

As escalas de urbanização apresentadas poderão prestar-se à formulação de hipóteses. Uma dessas hipóteses diz, por exemplo, respeito aos padrões de rendimento da população economicamente ativa, que se tornam geralmente mais precários à medida do maior afastamento dos centros, face às metrópoles das respectivas regiões.

A grosso modo, as escalas descritas guardam disposição longitudinal, do litoral para o interior. Como se observou antes, não existe homogeneidade entre os centros que integram a mesma escala. Em cada uma se reflete o componente regional, que se manifesta em diferenciações econômicas e sociais. Em cada uma se reflete também a influência de fatores que atuaram no tempo, isto é, nas diversas fases de evolução dos centros urbanos.

Sem visar a complexidade de uma abordagem histórico-estrutural, Geiger *et alli*, ao analisar a concentração urbana no País, entre 1940 e 1970, mostraram, com propriedade, que, em cada uma das décadas, certos fatores contribuíram mais do que outros para a urbanização. Nos anos 50, por exemplo, adquiriu importância particular o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes. Já no decênio 1960-1970 avultou a conexão entre o processo industrial e o urbano, que fez acentuar-se o fenômeno da metropolização.

Na escala da metropolização, as grandes diferenciações entre os centros podem ser atribuídas ao fato de que neles emergem, de modo particular, os problemas da respectiva região, dado o nível de transferência de recursos regionais que neles tem lugar.

Atualmente, no Nordeste, por exemplo, caracteriza-se a retomada da importância tradicional da função administrativa. A polarização em torno das capitais é incentivada pelo papel do Estado, que tem chamado a si a implantação da infra-estrutura de saúde e educação e a da indústria. Já no Sudeste a grande expansão urbana está atrelada à industrialização, à qual se adapta o setor administrativo, ao contrário do que ocorre no Nordeste (13).

Vale ainda observar que a inclusão de centros com dimensão inferior a 50.000 habitantes nessa perspectiva de escalas da urbanização brasileira pode conduzir à formulação de novas premissas. Quanto à escala de tangenciamento à metropolização, por exemplo, é possível adiantar que deverá limitar-se a centros de certa dimensão populacional, localizados sobre os eixos principais de circulação, no tocante a áreas metropolitanas de regiões menos desenvolvidas. Já nas regiões economicamente mais avançadas, essa mesma escala pode incluir aglomerados urbanos concentricamente situados em relação aos respectivos focos metropolitanos. Significa dizer que, nessas regiões, o tangenciamento à metrópole não se configura apenas em eixo, mostrando extensão mais abrangente que se coaduna com a própria malha das redes viárias.

Entende-se com isto que na posição de contato com a periferia metropolitana a participação majoritária de centros, tanto em número quanto na diversificação de tamanhos, deverá encontrar-se na região de São Paulo. Em outro extremo pôde-se constatar a inexistência dessa escala, como ocorre em relação à metropolização de Fortaleza e de Belém.

Por sua vez, na escala das funções regionais, a inclusão de centros menores faz pensar em desdobramentos que dizem respeito a grupos de cidades em que prevalece a comercialização de produtos agrícolas sobre a função de distribuição de bens e serviços, ou a grupos de localidades com primazia da ocupação no setor primário.

Ainda a propósito das escalas da urbanização, convém mais uma vez assinalar que não se trata de dimensões estanques. Novamente se traz à baila a complexidade do sistema urbano em função das interações espaciais que nele se desenvolvem. Enquanto nas escalas concernentes à metropolização os relacionamentos se processam sobretudo entre os mesmos, admite-se que nas demais escalas de urbanização a densidade de conexões é menor e as mais importantes se fazem, via de regra, com os focos metropolitanos, tanto os regionais quanto os nacionais.

Mais uma observação, nessas considerações finais, diz respeito a mudanças que a industrialização tem promovido nas funções de cidades. Já anteriormente se fez menção a esse processo que, nos trechos mais afetados pela economia industrial, conduziu à aglutinação de centros em região urbana polinucleada. Por sua vez, no planalto ocidental

paulista, o avanço de uma agricultura de bases capitalistas e o declínio da população rural, mesmo em números absolutos, contribui para alterar padrões anteriores de lugares centrais. Hierarquias baseadas em funções regionais tradicionais modificam-se na medida de uma distribuição de bens e serviços relativamente equilibrada entre as cidades e na medida do próprio esvaziamento populacional de suas áreas de influência, no que se deparam os centros com a contingência de abrigar população com ocupação rural, de que os "bóia-fria" são o exemplo mais prolapado.

No Nordeste, por sua vez, o aumento de acessibilidade às capitais faz declinar a posição de centros tradicionais e reforça a estruturação da primazia urbana. Este seria o caso de Sobral, cujas funções são cada vez mais capturadas por Fortaleza, e os de outros centros a que já se fez alusão.

Finalmente, esse conjunto de observações introduz a posicionamentos que relacionam política urbana às escalas de urbanização enunciadas. Deixamos de lado, por ora, o problema teórico de se levantar em torno do papel e significância das cidades para objetivos de desenvolvimento econômico e social do País. Conseqüentemente, as escalas de urbanização apresentadas também não devem ser tomadas como pretense modelo de estrutura urbana, capaz de melhor atender àqueles propósitos de desenvolvimento nacional. Na verdade, admite-se que estratégias devem relacionar-se a um modelo de organização social que se deseja alcançar.

Limitar-nos-emos a considerar que a presente concepção do sistema urbano brasileiro visa a fornecer subsídios à elaboração de uma política urbana no País, na medida que leva a compreender a posição dos centros dentro de estruturas espaciais, resultantes de diferentes formas do processo de urbanização. Adotando-se, por ora, uma perspectiva de ampliar a equidade—eficiência do sistema, as escalas da urbanização apresentadas fazem pensar em estratégias distintas para cada uma delas, dado a peculiaridade dos problemas em que cada uma se apresenta. Tal é o modo pelo qual visualizamos a introdução do espaço no processo decisório, a partir da idéia de que, dessa maneira, se tornará mais viável conceber que investimentos, recursos e atividades merecem tratamento diferenciado nas várias formas do "urbano" no País.

Ainda que de modo sucinto, procurar-se-á apontar o que se está tentando mostrar com esse enfoque.

No que tange à escala da metropolização, parece válido salientar que as formas de concentração urbana no País podem ser consideradas irreversíveis, dado a força de inércia que é contrapartida dessas estruturas espaciais. De acordo com Moreira da Rocha, R. V. (14), em uma economia em que prevalecem os interesses de indivíduos e de firmas sobre o social, dificilmente os mecanismos espontâneos de mercado serão capazes de promover a redistribuição espacial de atividades. Entre outros, apresentam-se problemas de custos fixos elevados que novas alocações podem acarretar, ou a necessidade de minimizar custos e maximizar lucros que as economias de aglomerações garantem com segurança maior. Mantendo-se as condições atuais, é de se esperar que o crescimento econômico continue a ser atraído para as grandes aglomerações urbanas, vindo a reforçar "a tendência cumulativa nos centros de maior dimensão na hierarquia urbana".

Sob essa ótica, um processo de desconcentração espontânea de atividades a partir dos focos metropolitanos dar-se-á com maior probabilidade dentro da escala da metropolização. O resultado tanto pode ser a ampliação das economias de aglomeração em metrópoles regionais

quanto a extensão de certas estruturas metropolitanas, através da incorporação de novos centros investidos de novas funções.

No tocante a estratégias prioritárias para essa escala, caberia lugar para o uso do solo urbano, que tem subjacente a necessidade de uma racionalidade maior na organização do espaço das grandes aglomerações. Prioridades também se impõem em problemas de equidade, dado os contrastes econômicos e sociais verificados entre os centros ao longo dessa escala, particularmente quando se assume a premissa de que equidade e eficiência são conceitos interdependentes e não dicotomizados.

As condições econômicas e sociais são ainda mais díspares na escala de tangenciamento à metropolização em que estão envolvidos centros de dimensão muito menor. Nesses aglomerados os padrões de rendimentos geralmente se inferiorizam, agravando-se, especialmente, nos que estão conectados às áreas metropolitanas de regiões mais atrasadas. Um problema que emerge nessa escala pode ser o do reforço da vinculação dos centros ao setor metropolitano, base principal da economia urbano-industrial. Entende-se com isto que se trata de centros para os quais também pode convergir a desconcentração de certos empreendimentos, quer em caminamento espontâneo quer por uma ação induzida.

Cabe considerar que aglomerados urbanos incluídos nessa escala podem representar localização mais favorável a investimentos do que certas cidades que figuram na própria escala de metropolização, uma vez levado em conta o fator redução de custos da circulação do capital, em termos de tempo ou de acessibilidade. Vale dizer que o tipo de estrada, facilitando tal condição, se constitui em elemento importante para o crescimento de atividades urbanas, justificando-se que a posição de tangenciamento à metropolização se limite a centros situados sobre eixos vários mais importantes nas regiões economicamente atrasadas, como foi assinalado anteriormente.

Quando se pondera sobre as possibilidades de desconcentração de atividades e recursos para aglomerados dessa escala da urbanização, entende-se que essa desconcentração se fará objeto de estratégia e inversões distintas, segundo as regiões. Significa dizer que, para os centros que tangenciam a metropolização de São Paulo, a intensidade e aplicação de recursos e o desenvolvimento de atividades deverão ser necessariamente diferentes das que se referem, por exemplo, à aglomeração de João Pessoa ou a Caruaru, que estão no contato da metropolização do Recife.

Quanto à escala das funções regionais, prioridades podem ser definidas na consolidação das bases econômicas dos centros e de suas áreas de influência. Significa dizer que se trata aqui de conectar o urbano com o rural, mediante a integração entre a infra-estrutura das cidades, inclusive a de uma agroindústria, por exemplo, e a organização racional do espaço agrário e da exploração dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, situações diversas podem ser previstas para os centros, em função das estruturas produtivas a que estão ligados, como a lavoura e/ou a pecuária. Nesse tocante, cabe ressaltar o nível de desenvolvimento da região em que se encontram os centros, implicando na necessidade maior ou menor de determinados investimentos. Cabe ressaltar também que a previsão de situações diversas para os centros pode envolver a indução a uma organização hierarquizada dos aglomerados em certas áreas, ou a uma complementaridade de funções entre localidades, em outros trechos. Acresce que uma política de incremento aos centros dessa escala poderá reverter no aproveitamento mais efetivo de equipamentos urbanos porventura existentes e com sinais de ociosidade

em cidades que mostravam sinais de estagnação social, segundo os dados censitários de 1970.

Finalmente, na escala da fronteira de recursos, um esquema de prioridades de planejamento, no que se inclui o segmento urbano, recai necessariamente em problemas jurídicos de posse da terra, vistos os centros como extensão do mundo rural.

Essa escala traz particularmente à baila aspectos conflitantes que emergem no processo de integração nacional. Segundo Friedmann, a integração do sistema social que envolve vários aspectos de integração é a via fundamental do crescimento econômico de uma nação. Um dos requisitos de integração apontados é o da criação de um espaço político, que inclui a elaboração de um arcabouço legal uniforme para todo o País. Conquanto também se manifestem no meio urbano, os conflitos em torno da posse jurídica da terra surgem com grande evidência em áreas da fronteira de recursos, onde se chocam interesses da empresa capitalista moderna e de ocupações tradicionais do solo. O processo de institucionalização e legalização de territórios que vêm sendo incorporados à economia urbano-industrial tem enfrentado dificuldades sociais graves, a ponto de se procurar imprimir uma orientação restritiva às migrações, dado o despreparo de agências governamentais locais para resistir a pressões desse teor.

Por fim, cabe salientar que estas considerações não significam conceber um determinismo espacial como diretriz de política urbana. Em outras palavras, estas considerações não têm implícito que a simples ordenação espacial do sistema de cidades seja solução para a chamada "crise urbana". Parte-se da idéia de que estratégias de política urbana envolvendo cidades de porte médio ou pequenos aglomerados não podem ter viabilidade através de uma redefinição do *perfil produtivo do País*. Significa dizer que essa viabilidade está relacionada a possibilidades de reprodução e distribuição do capital, em uma economia de mercado.

As diferentes estratégias sugeridas pelas escalas da urbanização no País levam a pensar em problemas de *desconcentração* e de *descentralização de atividades*.

A desconcentração é compreendida como transbordamento de atividades a partir dos focos metropolitanos. Implica, portanto, na integração direta dos centros à metropolização, através de especializações funcionais que traduzem nova divisão territorial do trabalho. A ela se relacionam as escalas de metropolização e de tangenciamento à metropolização.

A descentralização é entendida como processo de preservação de uma autonomia dos centros de suas bases regionais. A interferência da metropolização poderia manifestar-se, entre outros, em incentivos capazes de impulsionar, por exemplo, o empresariado regional e local. A este processo se relacionaria a escala das funções regionais, mas é preciso salientar que a desconcentração de empreendimentos das metrópoles nacionais para os outros centros metropolitanos do País pode, por sua vez, aí criar condições para uma descentralização política e financeira, isto é, para uma autonomia maior dentro da escala da metropolização.

Por sua vez, a escala da fronteira de recursos requereria intervenção mais direta da metropolização, que poderia caracterizar-se na promoção de iniciativas, como no estímulo à organização de equipamentos coletivos e de treinamento agrícola, e ainda no desenvolvimento da pesquisa no setor primário.

A esse propósito, convém mais uma vez aludir às interações que se processam entre as escalas da urbanização do País e que atribuem uma dimensão nacional à estruturação do espaço. Entende-se com isto que

a intervenção nas cidades deve levar em conta as repercussões de umas sobre as outras, segundo a posição e função que desempenham no sistema urbano, posição e função cujos contornos as escalas de urbanização sugeridas tentaram delinear.

Acresce ainda que as interações espaciais que tem nas metrópoles nacionais o foco principal de propulsão podem ser interpretadas como interseções das escalas da urbanização, cuja otimização também se insere nas preocupações de uma política urbana.

Assumidas como interferência da metropolização sobre todo o sistema de cidades do País, as interseções podem ser vistas em termos de complementaridades, divisibilidades e outras formas de articulação com recursos e atividades sediados nos centros da economia nacional. A otimização dessas interseções deverá ser encargo do planejamento e política urbana no sentido de promovê-las dentro de um objetivo de ampliar a eficiência—equidade do sistema. Nessa ordem de idéias, caberia, igualmente, àquela esfera de decisão atuar para a diminuição ou anulação de efeitos negativos das interseções. Como tal, pode ser interpretada a acentuação das desigualdades sociais no Nordeste, dado a distribuição de renda atribuída à urbanização (Davidovich, 1977).

Contudo, é de se almejar também que a otimização das interseções nas escalas de urbanização venha a incorporar experiências sociais de nível local ou regional, cujo aproveitamento deverá redundar em menores custos e maiores benefícios para o desenvolvimento da nação.

QUADRO 1

Escalas de Urbanização

(Continua)

CENTROS	POPULAÇÃO URBANA 1970	CLASSES DE CRESCIMENTO 1968/1970	%	POSIÇÃO NO RENDIMENTO MENSAL DA PEA	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VII) Cr\$ 1.000,00	VII/PO
---------	-----------------------	----------------------------------	---	-------------------------------------	---	--------

A. Escala da Metropolização

REGIÃO SUDESTE						
1. AM São Paulo	8 139 730	4	97,86	Favorável 3	22 889 998	25,43
2. Agl. Santos	626 746	3a	57,92	Favorável 3	845 725	40,90
3. Agl. Campinas	491 632	4	87,73	Favorável 3	1 068 649	25,71
4. Agl. Jundiaí	194 556	4	83,55	Favorável 2	589 136	23,50
5. Agl. Sorocaba	202 809	3b	63,01	Favorável 2	308 238	16,34
6. Agl. São José dos Campos	240 260	5	125,31	Favorável 2	666 761	26,47
7. Agl. Taubaté	152 986	3b	71,70	Intermed. 2	104 876	14,50
8. Agl. Guaratinguetá	140 001	3a	50,34	Intermed. 2	110 354	20,75
9. Agl. Americana	97 334	4	86,81	Favorável 2	252 712	15,15
10. Piracicaba	125 384	3a	55,43	Favorável 1	198 998	16,77
11. Limeira	77 094	3b	70,35	Favorável 1	187 290	20,63
12. Rio Claro	69 192	3a	42,52	Favorável 1	59 448	15,00
13. AM Rio de Janeiro	7 080 661	3a	52,23	Favorável 3	6 847 066	23,06
14. Agl. Barra Mansa-Volta Redonda	226 955	3a	49,90	Favorável 2	816 450	55,74
15. Nova Friburgo (1)	74 003	2	37,81	Precariedade 2	79 742	10,77
16. Teresópolis	53 447	4	80,93	Precariedade 2	27 275	15,87
17. Juiz de Fora	218 856	4	75,11	Intermed. 2	160 566	13,02
18. AM Belo Horizonte	1 605 306	4	98,84	Intermed. 2	1 197 526	19,67
19. Sete Lagoas	61 001	3b	68,04	Precariedade 2	40 990	18,12
REGIÃO SUL						
1. AM Porto Alegre	1 513 257	3b	66,13	Favorável 3	1 869 565	17,26
2. AM Curitiba	821 233	3b	73,95	Favorável 3	575 666	15,19
REGIÃO CENTRO-DESTE						
1. Agl. Brasília	516 082	5	(2) 484,53	Favorável 3	61 236	13,76
2. Agl. Goiânia	501 007	5	150,79	Intermed. 3	133 352	14,55
REGIÃO NORDESTE						
1. AM Salvador	1 147 821	3b	62,92	Intermed. 3	610 293	22,49
2. Feira de Santana	126 872	5	106,08	Precariedade 1	32 284	10,25
3. AM Recife	1 791 322	3a	55,29	Intermed. 1	858 609	15,97
4. AM Fortaleza	1 036 779	4	76,12	Precariedade 1	270 302	10,86
REGIÃO NORTE						
1. Belém	655 901	3b	60,70	Intermed. 3	156 544	11,65
TOTAL	28 006 127		(78,68%)			

B. Escala de Tangenciamento à Metropolização

REGIÃO SUDESTE						
1. Ribeirão Preto	191 472	3b	64,86	Favorável 1	119 419	13,73
2. Bauru	120 229	2	41,05	Favorável 2	51 142	13,40
3. Araraquara	82 621	2	42,26	Favorável 1	116 589	30,00
4. São Carlos	74 767	3a	49,50	Intermed. 3	116 076	16,04
5. Franca	86 863	4	83,86	Precariedade 2	103 111	11,17
6. Pocos de Caldas	51 783	3b	60,36	Intermed. 3	58 271	17,93
7. Divinópolis	69 873	3b	68,19	Precariedade 2	38 516	12,69
8. Agl. Ipatinga	121 762	5	193,05	Favorável 2	447 235	52,00
9. Agl. Vitória	358 183	4	98,11	Intermed. 3	126 928	16,68
10. Barbacena	57 767	2	37,77	Precariedade 2	24 861	12,83
REGIÃO SUL						
1. Caxias do Sul	108 082	4	78,33	Favorável 2	224 702	15,18
2. Joinville	54 073	4	75,65	Favorável 1	314 258	17,92
3. Blumenau	85 944	4	84,46	Favorável 1	210 164	12,82
4. Tubarão	82 006	3b	72,43	Intermed. 2	18 030	13,14
5. Criciúma	50 334	5	115,74	Favorável 2	63 086	11,10
6. Ponta Grossa (1)	114 889	3a	47,67	Intermed. 3	72 623	13,21
7. Paranaguá	51 462	4	85,60	Favorável 2	—	—
REGIÃO NORDESTE						
1. Agl. João Pessoa	326 197	3a	58,23	Precariedade 1	69 666	11,34
2. Agl. Natal	278 881	3b	67,52	Intermed. 1	63 686	11,98
3. Agl. Aracaju	189 238	3b	61,58	Intermed. 1	41 136	9,84
4. Maceió	243 009	3a	58,51	Intermed. 1	61 622	10,35
5. Caruaru	100 985	3a	56,53	Extrema Precariedade	13 788	5,14

CENTROS	POPULAÇÃO URBANA 1970	CLASSES DE CRESCIMENTO 1968/1970	%	POSIÇÃO NO RENDIMENTO MENSAL DA PEA	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VII) Cr\$ 1.000,00	VII/PO
---------	-----------------------	----------------------------------	---	-------------------------------------	---	--------

REGIÃO NORTE

1. Manaus	283 635	4	84,16	Favorável 1	169 763	18,73
TOTAL	3 184 055	(8,93%)				

C. Escala das Funções Regionais

REGIÃO SUL

1. Agl. Pelotas-Rio Grande	324 357	2	25,14	Precariedade 2	230 875	17,90
2. Bajé	56 980	1	18,88	Intermed. 1	23 083	16,70
3. Uruguaiana	80 155	2	24,40	Intermed. 1	8 168	10,17
4. Santa Maria	120 510	3a	53,16	Intermed. 2	26 456	13,87
5. Cachoeira do Sul	49 987	2	29,30	Precariedade 2	20 347	11,70
6. Passo Fundo	69 052	3a	46,01	Intermed. 2	34 736	14,34
7. Itajaf	54 073	2	39,04	Intermed. 2	29 881	13,68
8. Lajes	82 008	5	133,56	Precariedade 2	104 755	17,85
9. Londrina	156 352	5	110,97	Intermed. 2	120 876	22,85
10. Maringá (1)	100 847	5	138,82	Intermed. 2	84 485	30,79
11. Agl. Florianópolis	227 223	4	87,72	Intermed. 3	30 193	8,26

REGIÃO SUDESTE

1. Presidente Prudente	91 474	3b	69,22	Intermed. 2	65 219	21,63
2. Marília	73 217	2	41,38	Intermed. 2	82 156	20,07
3. Aracatuba	85 616	3a	59,84	Intermed. 2	66 839	27,46
4. S. José do Rio Preto	108 433	3b	63,12	Intermed. 3	43 313	13,65
5. Barretos	52 976	2	32,61	Intermed. 1	34 723	19,96
6. Uberaba	108 259	3a	50,25	Precariedade 2	36 240	11,57
7. Uberlândia	110 289	3a	55,65	Intermed. 1	93 699	32,43
8. Campos (1)	155 169	2	35,75	Precariedade 2	115 554	13,55
9. Cachoeiro do Itapemirim	58 918	3a	49,27	Precariedade 1	51 290	13,29
10. Montes Claros	81 657	5	101,40	Precariedade 1	41 744	31,36
11. Governador Valadares	124 904	4	77,18	Precariedade 2	29 894	13,18
12. Teófilo Ottoni	84 718	3a	57,80	Extrema Precariedade	14 922	19,98

REGIÃO NORDESTE

1. Vitória da Conquista	82 230	4	75,79	Precariedade 1	7 131	9,04
2. Jequié	62 147	3a	54,76	Extrema Precariedade	6 170	7,44
3. Alagoínhas	53 817	2	40,71	Precariedade 1	3 962	6,66
4. Agl. Itabuna-Ilhéus	220 692	3a	49,93	Precariedade 1	21 710	12,64
5. Agl. Petrolina-Juazeiro	122 900	5	101,38	Precariedade 1	15 784	11,15
6. Campina Grande	162 554	2	39,86	Precariedade 1	54 177	12,13
7. Moçoró	77 199	4	98,80	Extrema Precariedade	17 596	7,56
8. Sobral	51 835	3b	60,57	Extrema Precariedade	17 793	10,66
9. Agl. Crato-Juazeiro do Norte (1)	167 043	3a	48,91	Extrema Precariedade	19 213	10,48
10. Parnaíba	57 030	2	42,75	Extrema Precariedade	5 197	8,82
11. Agl. Teresina	257 380	4	92,24	Precariedade 1	14 477	5,82
12. Agl. São Luis	302 609	3a	52,92	Precariedade 2	42 210	15,48

REGIÃO CENTRO-OESTE

1. Campo Grande	130 615	5	102,00	Intermed* 3	44 882	19,17
2. Cuiabá	83 638	4	92,00	Intermed. 3	6 004	7,38

REGIÃO NORTE

1. Santarém	102 431	4	95,07	Extrema Precariedade	5 192	9,06
TOTAL	4 351 302	(12,16%)				

D. Escala da Fronteira de Recursos

REGIÃO NORTE

1. Macapá	51 422	4	86,41	Favorável 1	116 403	57,45
TOTAL ACUMULADO	35 592 906	(100%)				

(1) Centros que sofreram alterações no cômputo da população urbana do distrito-sede:

(2) Calculado com dados de 1960, contidos na Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970.

a) por desmembramentos da população urbana do distrito-sede entre 1960 e 1970.

— a Ponta Grossa foi acrescentada a população urbana de Periquitos, em 1970, desmembrado dos distritos-sede de P. Grossa e de Uvaia.

— a Maringá foi acrescentada a população urbana dos distritos de Esperança, Iguatemi e Santo Antônio, em 1970, desmembrados dos distritos de Maringá.

b) por integração à população urbana do distrito-sede:

— a Campos foi somada, em 1970, a população urbana de Guarus e Goitacazes, que eram distritos em 1960.

c) por processo de conurbação entre a cidade e vilas do município.

— a Nova Friburgo foi acrescentada a população urbana de Lumiar, Amparo e Conselheiro Paulino.

QUADRO 2

Classes de Cidades por Tamanho e Crescimento Entre 1960 e 1970
(A Partir de 5.000 Hab. — 1970)

(Continua)

CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3		CLASSE 4	CLASSE 5
		3a. ≥ 45% a < 60%	3b. ≥ 60% a < 75%		
< 20%	≥ 20% a < 45%			≥ 75% a < 100%	≥ 100%

A. Centros com 50.000 hab. e mais — Valor máximo: Aglomeração de Ipatinga (DF), 484.536 — Valor Mínimo: Bajé (RS) 18%

Bagé (RS)	Rio Claro (SP) Bauru (SP) Araraquara (SP) Barretos (SP) Marília (SP) Itajaí (SC) Agl. Pelotas-Rio Grande (RS) Uruguiana (RS) Cach. do Sul (RS) Barbacena (MG) Nova Friburgo (RJ) Alagoinhas (BA) Campo Grande (PB) Parnaíba (PI) Campos (RJ)	Agl. Santos (SP) Agl. Guaratinguetá (SP) Piracicaba (SP) São Carlos (SP) Araçatuba (SP) A. M. Rio de Janeiro (RJ) Agl. B. Mansa-Volta Redonda (RJ) Ponta Grossa (PR) Santa Maria (RS) Passo Fundo (RS) Uberaba (MG) Uberlândia (MG) Teófilo Otoni (MG) Cach. Itapemirim (ES) Agl. Itabuna-Ithéus (BA) Jequié (BA) Maceió (AL) A. M. Recife (PE) Caruaru (PE) Agl. João Pessoa (PE) Agl. São Luís (MA) Agl. Crato-Juazeiro do Norte (CE)	Agl. Sorocaba (SP) Agl. Taubaté (SP) Limeira (SP) Ribeirão Preto (SP) Pres. Prudente (SP) S. José Rio Preto (SP) A. M. P. Alegre (RS) A. M. Curitiba (PR) A. M. Salvador (BA) Tubarão (SC) Poços de Caldas (MG) Sete Lagoas (MG) Divinópolis (MG) Agl. Natal (RN) Sobral (CE) Agl. Aracaju (SE) Agl. Belém (PA)	A. M. São Paulo (SP) Agl. Campinas (SP) Agl. Jundiaí (SP) Agl. Americana (SP) Teresópolis (RJ) Agl. Vitória (ES) Juiz de Fora (MG) A. M. B. Horizonte (MG) A. M. Fortaleza (CE) Franca (SP) Caxias do Sul (RS) Joinville (SC) Blumenau (SC) Paranaguá (SC) Manaus (AM) Florianópolis (SC) Gov. Valadares (MG) Vitória da Conquista (BA) Moçoró (RN) Agl. Teresina (PI) Cuiabá (MT) Macapá (AP)	Agl. S. José dos Campos (SP) Agl. Goiânia (GO) Feira de Santana (BA) Agl. Ipatinga (MG) Criciúma (SC) Lajes (SC) Londrina (PR) Maringá (PR) Montes Claros (MG) Campo Grande (RJ) Agl. Petrolina-Juazeiro (PE e BA) Santarém (PA) Agl. Brasília (DF)
-----------	--	--	---	---	---

B. Centros com 20.000 a 49.999 habitantes — Valor máximo: Cascavel (PR), 594,5% — Valor mínimo: Lins (SP), 17,99%

Lins (SP) Leopoldina (MG) Além Paraíba (MG) Santo Amaro (BA)	Itapetininga (SP) Adamentina (SP) Batatais (SP) Biçuí (SP) Botucatu (SP) Bragança Paulista (SP) Catanduva (SP) Carça (SP) Jaboticabal (SP) Jaú (SP) S. João da Boa Vista (SP) Tatuí (SP) Tupã (SP) Corn. Procopio (PR) Sant. do Livramento (RS) Alegrete (RS) Cachoeira do Sul (RS) Cruz Alta (RS) Dom Pedrito (RS) Freixis (RS) Santo Angelo (RS) São Borja (RS) São Gabriel (RS) Corumbá (MT) Ubá (MG) São João Del Rei (MG) Santos Dumont (MG) Ponte Nova (MG) Patos de Minas (MG) Passos (MG) J. Monlevade (MG) Itajubá (MG) Curvelo (MG) Caratinga (MG) Campo Belo (MG) Araxá (MG) Araguari (MG) Alfenas (MG) Valença (RJ) Três Rios (RJ) Valença (BA) St. Antônio de Jesus (BA) Estância (AL) Rio Largo (AL) Penedo (AL) Timbaúba (PE) Pesqueira (PE) Limoeiro (PE) Gervásio (PE) Goiana (PE) Guarabira (PB)	Cruzeiro (SP) Assis (SP) Avaré (SP) Bebedouro (SP) Dracena (SP) Itapira (SP) Itu (SP) Mococa (SP) Moji-Mirim (SP) Ourinhos (SP) Piraçununga (SP) Votuporanga (SP) Carazinho (RS) Ijuí (RS) Rosário do Sul (RS) Santiago (RS) Varginha (MG) Três Corações (MG) Pouso Alegre (MG) Pará de Minas (MG) Muriaé (MG) Lavras (MG) Itulubá (MG) Itaúna (MG) Formiga (MG) Cons. Lafaiete (MG) Cataguazes (MG) Macaé (RJ) Itaperuna (RJ) Barra do Piraí (RJ) Sr. do Bonfim (BA) Vit. St. Antão (PE) Geraniums (PE) Carpina (PE) Patos (PB) Cajazeiras (PB) Caicó (RN) Montenegro (RS)	Araras (SP) Itatiba (SP) Sertãozinho (SP) Arapongas (PR) Paranaíba (PR) Rio do Sul (SC) Sta. Cruz do Sul (RS) Vacaria (RS) Duro Preto (MG) Coletina (ES) Itapetitinga (BA) Palm. dos Índios (AL) Iguatu (CE) Cratêus (CE) Florianópolis (PI) Caxias (MA)	Fernandópolis (SP) Itapeva (SP) Leme (SP) Penápolis (SP) Apucarana (PR) Santa Rosa (RS) Resende (RJ) Cabo frio (RJ) Nanuque (MG) Jataí (GO) Rio Verde (GO) Paulo Afonso (BA) Serra Talhada (PE) Palmares (PE) Arcoverde (PE) Souza (PB) Bacabal (MA) Rio Branco (AC) Brusque (SC)	Andradina (SP) Atibaia (SP) Jales (SP) Moji-Guaçu (SP) Cascavel (PR) Campo Mourão (PR) Cianorte (PR) Umuarama (PR) Linhares (ES) Itabira (MG) Dourados (MT) Rondonópolis (MT) Três Lagoas (MT) Itumbiara (GO) Arapiraca (AL) Imperatriz (MA) Castanhal (PA) Porto Velho (RO)
---	--	--	---	---	---

CLASSE 1 >20%	CLASSE 2 ≥20% a <45%	CLASSE 3		CLASSE 4 ≥75% a <100%	CLASSE 5 ≥100%
		3a. ≥45% a <60%	3b. ≥60% a <75%		

**C. Centros de 10.000 a 19.999 habitantes — Valor Máximo: Araguaína (GO), 587%
— Valor Mínimo: Rio Tinto (PB), 20,2%**

Capivari (SP)	Campos do Jordão (SP)	Jardinópolis (SP)	Barra Bonita (SP)	Agudos (SP)	Caraguatatuba (SP)
Lucélia (SP)	Amparo (SP)	Capão Bonito (SP)	Ibitinga (SP)	Matão (SP)	Guaira (SP)
Oswaldo Cruz (SP)	Bariri (SP)	Guararapes (SP)	Monte Alto (SP)	Ibiporã (PR)	Itanhém (SP)
Paraguçu Paulista (SP)	Cach. Paulista (SP)	Novo Horizonte (SP)	Pedreira (SP)	Jandaia do Sul (PR)	Lençóis Paulista (SP)
Piquete (SP)	Casa Branca (SP)	P. Perreira (SP)	Pirajui (SP)	Rolândia (PR)	Orlândia (SP)
Porto Feliz (SP)	Igarapava (SP)	Mirandópolis (SP)	Pres. Epitácio (SP)	Curitibanos (PR)	Pereira Barreto (SP)
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	Ituverava (SP)	Promissão (SP)	Nova Esperança (PR)	Palmeira das Missões (RS)	Registro (SP)
Tupaciguara (MG)	Pres. Venceslau (SP)	Salto (SP)	Caçador (SC)	Sapiranga (RS)	Sumaré (SP)
São José Rio Pardo (SP)	Itararé (SP)	Taquaritinga (SP)	Lajeado (RS)	São Mateus (ES)	Andará (SP)
Guarapuava (PR)	Mirassol (SP)	Cambé (PR)	Beixo Guandu (ES)	Sabarã (MG)	Bandeirante (SP)
Irati (PR)	Olimpia (SP)	Araraquã (SC)	Viçosa (MG)	Lagoa da Prata (MG)	Cruzeiro do Oeste (PR)
União da Vitória (PR)	Pederneras (SP)	Canoinhas (SC)	Paracatu (MG)	Janaúba (MG)	Foz do Iguaçu (PR)
Laguna (SC)	Pinhal (SP)	Joaçaba (SC)	Itabirito (MG)	Inhumas (GO)	Francisco Beltrão (PR)
São Francisco do Sul (SC)	Pirajui (SP)	Mafra (SC)	Congonhas (MG)	Trindade (GO)	Goio Erê (PR)
Rio Pardo (RS)	Rancharia (SP)	P. União (SC)	Caeté (MG)	Cáceres (MT)	Guaira (PR)
Tupanciretã (RS)	Santa Fé do Sul (SP)	Angra dos Reis (RJ)	Atmenara (MG)	Itaberaba (BA)	Ivaiporã (PR)
Visc. Rio Branco (MG)	Santa Rita de Passa Quatro (SP)	Serrinha (BA)	Ceres (GO)	Guanambi (BA)	Pato Branco (PR)
Aimorés (MG)	Santo Anastácio (SP)	Mata de São João (BA)	Ubatã (BA)	Lagarto (SE)	Taledo (PR)
Nazaré (BA)	São Joaquim da Barra (SP)	Jacobina (BA)	Rui Barbosa (BA)	Surubim (PE)	Chapécó (SC)
Muritiba (BA)	São Manoel (SP)	Catu (BA)	Popóles (BA)	Quixadá (CE)	Jaraguá do Sul (SC)
Maragogipa (BA)	São Roque (SP)	Itabaiana (SE)	Bom Conselho (PE)	Canindé (CE)	São José (SC)
Ibicaraí (BA)	Tietê (SP)	União dos Palmares (AL)	Barreiros (PE)	Piripiri (PI)	Camagüã (RS)
Canavieiras (BA)	Antonina (PR)	São Miguel dos Campos (AL)	Acu (RN)	Pinheiro (MA)	Campo Bom (RS)
Cachoeira (BA)	Cambará (PR)	Sapé (PB)	Itapipoca (CE)	Pedreiras (MA)	Araguaína (GO)
Propriá (SE)	Castro (PR)	Paudalho (PE)	Abastetuba (PA)	Codó (MA)	Guarapari (ES)
Rio Tinto (PB)	Jacarezinho (PR)	Escada (PE)	Capanema (PA)	Itacoatiara (AM)	Unaf (MG)
Itabaiana (PB)	Mandaguari (PR)	Bezerros (PE)	Marabá (PA)	Parintins (AM)	Frutal (MG)
Esperança (PB)	Rio Negro (SC)	Belo Jardim (PE)	Boa Vista (RR)	Franco da Rocha (SP)	Irecá (BA)
Alagoe Grande (PB)	St.ª Ant. da Platina (PR)	Ceará Mirim (RN)			Brumado (BA)
Camocim (CE)	Bento Gonçalves (RS)	Macau (RN)			Bom Jesus da Lapa (BA)
Bela Visª (MT)	Butiá (RS)	Coroatã (MA)			Salgueiro (PE)
	Itaquí (RS)	Bom Jesus do Itabapoana (RJ)			Currais Novos (RN)
	Jaguaraó (RS)	Vassouras (RJ)			Picos (PI)
	Lagoa Vermelha (RS)	Carmo do Paranapi (MG)			Chapadinha (MA)
	Quaraí (RS)	Cons. Pena (MG)			Goianésia (GO)
	Santa Vitória do Palmar (RS)	Manhuaçu (MG)			Goituba (GO)
	São Luis Gonzaga (RS)	Pires do Rio (GO)			Gurupi (GO)
	Taquara (RS)	Guajará-Mirim (RO)			Quirinópolis (GO)
	Três Pontas (MG)	Atenquar (PA)			São Luiz de Montes Belos (GO)
	São Sebastião do Paraíso (MG)				St.ª Helena de Goiás (GO)
	São Lourenço (MG)				
	São João Nepomuceno (MG)				
	São Gonçalves Sapucaí (MG)				
	St.ª Rita do Sapucaí (MG)				
	Piul (MG)				
	Pirapora (MG)				
	Pedra Azul (MG)				
	Patrocinio (MG)				
	Oliveira (MG)				
	Monte Carmelo (MG)				
	Machado (MG)				
	Pres. Venceslau (SP)				
	Januária (MG)				
	Ibiá (MG)				
	Guaxupé (MG)				
	Dores do Indaiá (MG)				
	Diamentina (MG)				
	Corinto (MG)				
	Caxambu (MG)				
	Carangola (MG)				
	Bom Despacho (MG)				
	Boa Esperança (MG)				
	Bambuí (MG)				
	Abateú (MG)				
	Rio Bonito (RJ)				
	Agulhas Negras (Vila) (RJ)				
	Miracema (RJ)				
	Catalão (GO)				
	Formosa (GO)				
	Goiás (GO)				
	Ipameri (GO)				
	Morrinhos (GO)				
	Aquidauana (MT)				
	Ponta Porã (MT)				
	Itambé (BA)				
	Itajulpe (BA)				
	Ipiau (BA)				
	Cruz das Almas (BA)				
	Coaraci (BA)				
	São Cristóvão (SE)				
	Ribeirão (PE)				
	Nazaré da Mata (PE)				
	Catende (PE)				
	Santana do Ipanema (AL)				
	Pombal (PB)				
	Mamanguape (PE)				
	Areia Branca (RN)				
	Aracati (CE)				
	Campo Maior (PI)				
	Bragança (PA)				
	Vigia (PA)				

CLASSE 1	CLASSE 2	CLASSE 3		CLASSE 4	CLASSE 5
		3a. ≥ 45% a < 60%	3b. ≥ 60% a < 75%		
< 20%	≥ 20% a < 45%			≥ 75% a < 100%	≥ 100%

D. Centros de 5.000 a 9.999 habitantes — Valor máximo: Naviraí (MT) 1.969,46% — Valor Mínimo: Arroio dos Ratos (RS), 15,06%

Porciúncula (RJ)	Aguai (SP)	Águas de Lindóia (SP)	Bastos (SP)	Guariba (SP)	Guaratinga (PR)
Bernardino de Campos (SP)	Altinópolis (SP)	Brodósqui (SP)	Guará (SP)	Igarapó do Tietê (SP)	Iporá (PR)
Caconde (SP)	Álvares Machado (SP)	Cravinhos (SP)	Iguape (SP)	Rio das Pedras (SP)	Loanda (PR)
Cafelândia (SP)	Brotas (SP)	Cândido Mota (SP)	Ipaucu (SP)	Santa Isabel (SP)	Mariluz (PR)
Duartina (SP)	Cajuru (SP)	José Bonifácio (SP)	Ipuã (SP)	São Sebastião (SP)	Medianeira (PR)
Flórida Paulista (SP)	Cerq. César (SP)	Junqueirópolis (SP)	Miguelópolis (SP)	Taquarituba (SP)	Nova Londrina (PR)
Nova Granada (SP)	Colina (SP)	Laranjal Paulista (SP)	Cosmópolis (SP)	Rio Branco do Sul (PR)	Rio Grande do Sul (PR)
Pacaembu (SP)	Conchas (SP)	Pitangueiras (SP)	Santa Cruz das Palmeiras (SP)	Terra Boa (PR)	Terra Roxa (PR)
Pompeia (SP)	Descalvado (SP)	Pontal (SP)	Palmas (SP)	Terra Roxa (PR)	Clevelândia (PR)
Pres. Bernardes (SP)	Dois Córregos (SP)	St.* Rosa do Viterbo (SP)	Primeiro de Maio (PR)	Ibaiti (PR)	Indaiá (SC)
Regente Feijó (SP)	Itápolis (SP)	Venceslau Brás (PR)	S. Mateus do Sul (PR)	Ubiratã (PR)	Palhoça (SC)
Tupi Paulista (SP)	Mairinque (SP)	Concordia (SC)	Heval d'Oeste (SC)	Campos Novos (SC)	São Joaquim (SC)
Valparaíso (SP)	Martinópolis (SP)	Rio Negrinho (SC)	Estância Velha (SC)	Fred. Westphalen (RS)	São Miguel d'Oeste (SC)
Vera Cruz (SP)	Monte Aprazível (SP)	São Bento do Sul (SC)	Ibirubá (RS)	Rubiateaba (GO)	Xanxerê (SC)
Bela Vista do Paraíso (PR)	Mte. Azul Paulista (SP)	Tijucas (SC)	Sobradinho (RS)	Porto Nacional (GO)	Tramandaí (RS)
Centenário do Sul (PR)	Morro Agudo (SP)	Timbó (SC)	Taquari (RS)	Mineiros (GO)	Auriflâma (SP)
Jaguariatva (PR)	Palmital (SP)	Videira (SC)	Panambi (RS)	Luziânia (GO)	Buitana (SP)
Sertãozinho (PR)	Piedade (SP)	Arroio Grande	Três de Maio (RS)	Jardim (MT)	Cardoso (SP)
Uraí (PR)	Pirapozinho (SP)	Bom Jesus (RS)	Três Passos (RS)	Altamira (PA)	Castilho (SP)
Arroio dos Ratos (RS)	Piratininga (SP)	Canguçu (RS)	Itaberá (GO)	Manacapurú (AM)	Itaporanga (SP)
Cacequi (RS)	S. Miguel Arcanjo (SP)	São Sepé (RS)	Pocóné (MT)	Várzea da Palma (MG)	Mairiporã (SP)
Cerro Largo (RS)	São Pedro (SP)	Venâncio Aires (RS)	Cons. Paulino (vila-RJ)	Itaú de Minas (MG)	Paraupeba (MG)
Encantado (RS)	São Simão (SP)	São Francisco (MG)	Araruama (RJ)	Parapeba (MG)	Peralva (SP)
Garibaldi (RS)	Serra Negra (SP)	Salinas (MG)	Itapemirim (ES)	Padre Paraíso (MG)	Serrana (SP)
Getúlio Vargas (RS)	Socorro (SP)	Sacramento (MG)	Vespasiano (MG)	Brasília de Minas (MG)	Ubatuba (SP)
Guaaporé (RS)	Tambau (SP)	Raul Soares (MG)	Medina (MG)	Itatiaia (vila-RJ)	S. Gabriel da Palha (ES)
Pedro Osório (RS)	Tanabi (SP)	Prata (MG)	Matosinhos (MG)	Xique-Xique (BA)	Nova Venécia (ES)
São Francisco de Paula (RS)	Vargem Grande do Sul (SP)	Perdões (MG)	Jequitinhonha (MG)	São Sebastião do Passé (BA)	Aracruz (ES)
São Sebastião do Cai (RS)	Viradouro (SP)	Lima Duarte (MG)	Itambacuri (MG)	Medeiros Neto (BA)	Santa Bárbara (MG)
Veranópolis (RS)	Araucária (PR)	Soaima (MG)	Guanhães (MG)	Itororó (BA)	Salto da Divisa (MG)
Campanha (MG)	Acaí (PR)	Cambuí (MG)	Centralina (MG)	Itanhém (BA)	Rio Piracicaba (MG)
Cambuquira (MG)	Astorga (PR)	Bocaiúva (MG)	Campina Verde (MG)	Iguai (BA)	Capinópolis (MG)
Campos Altos (MG)	Lapa (PR)	São João da Barra (RJ)	Barroso (MG)	Itaçu (BA)	Planura (MG)
Carmo do Rio Claro (MG)	Mariápolis (PR)	St.* Ant. Pádua (RJ)	Arcos (MG)	Conceição do Caité (BA)	Jão Pinheiro (MG)
Conc. do Mato Dentro (MG)	Palmeira (PR)	Cordeiro (RJ)	Ribeira do Pombal (BA)	Camacá (BA)	Iturama (MG)
Itanhandu (MG)	Paraíso do Norte (PR)	Pojuca (BA)	Guandú (BA)	Atalaia (AL)	Itaibom (MG)
Itapeverica (MG)	Peabiru (PR)	Ipirá (BA)	Condado (PE)	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	Carandá (MG)
Manhumirim (MG)	Porecatu (PR)	Acajutiba (BA)	Tabira (PE)	Araripina (PE)	Bumadinho (MG)
Mariana (MG)	Prudentópolis (PR)	São Luís do Quitunde (AL)	Aliança (PE)	Afogados da Ingazeira (PE)	Águas Formosas (MG)
Mte. Santo de Minas (MG)	Ribeirão do Pinhal (PR)	Delmiro Gouveia (AL)	Catolé do Rocha (PE)	São José do Campestre (RN)	Bacaxá (vila-RJ)
Muzambinho (MG)	Sit. Campos (PR)	São José do Egito (PE)	Parolhas (RN)	Santa Cruz (RN)	São Pedro d'Aldeia (RJ)
Nepomuceno (MG)	Imituba (SC)	Bonito (PE)	Pentecoste (CE)	João Câmara (RN)	Conceição de Macabu (RJ)
Ouro Fino (MG)	Penha (SC)	Santa Luzia (PB)	Itapajé (CE)	Acari (RN)	Iporá (GO)
Paraisópolis (MG)	Caçapava do Sul (RS)	Pendências (RN)	Independência (CE)	Tauá (CE)	Itaporanga (GO)
Paraquaguá (MG)	Canela (RS)	Canguaretama (RN)	Campos Sales (CE)	Mombaça (CE)	Jaraguá (GO)
São Gotardo (MG)	Encruzilhada do Sul (RS)	Tiangá (CE)	Brejo Santo (CE)	Jaguaripe (CE)	Juazeiro (GO)
Passa Quatro (MG)	Estrela (ES)	Quixeramobim (CE)	Barras (PI)	Valença do Piauí (PI)	Palmeiras de Goiás (GO)
Pitangui (MG)	Farruquilha (RS)	Orós (CE)	Oriximiná (PA)	Altos (PI)	Porangatu (GO)
Barão de Cocais (MG)	Júlio de Castilhos (RS)	Cascavel (CE)	Salinópolis (PA)	Água Branca (PI)	São Miguel do Araguaia (GO)
Baependi (MG)	Nova Prata (RS)	Nova Prata (RS)	Tucuruí (PA)	Itapicuru-Mirim (MA)	Uruaçu (GO)
Bicas (MG)	São Jerônimo (RS)	União (PI)	Cruzeiro do Sul (AC)	Cururupu (MA)	Aparecidas do Taboado (MT)
Alegre (ES)	São Lourenço do Sul (RS)	Oeiras (PI)			Barra do Garças (MT)
Guaçu (ES)	São Pedro do Sul (RS)	José de Freitas (PI)			Cassilândia (MT)
Mimoso do Sul (ES)	Sarandi (RS)	Vitorino Freire (MA)			Fátima do Sul (MT)
São Félix (BA)	Soledade (RS)	Balsas (MA)			Naviraí (MT)
Miguel Calmon (BA)	Tapes (RS)	Piracanjuba (GO)			Nova Andradina (MT)
Itaparica (BA)	Torres (RS)	Maués (AM)			Paranaíba (MT)
Belmonte (BA)	Cachoeira de Macacu (RJ)	Coari (AM)			Conceição do Araguaia (PA)
Nossa Senhora das Dores (SE)	Paratiba do Sul (RJ)	Óbidos (PA)			Igarapé-Mirim (PA)
Neópolis (SC)	São Fidélis (RJ)	Monte Alegre (PA)			Portel (PA)
Capela (SE)	Natividade (RJ)	Santa Mariana (PR)			Tefé (AM)
Vicosa (AL)	Alpinópolis (MG)	Piraí do Sul (PR)			St.* Maria da Vitória (BA)
São José da Laje (AL)	Alvinópolis (MG)	Osório (RS)			Conceição do Jacuipé (BA)
Piaçabuçu (AL)	Andradas (MG)	Cristalina (GO)			Ouricuri (PE)
Murici (AL)	Andrelândia (MG)	Firminópolis (GO)			Lajeado (PE)
Mal. Deodoro (AL)	Araçuaí (MG)				Floresta (PE)
Sertânia (PE)	Bom Sucesso (MG)				Cabrobó (PE)
Gamelaíra (PE)	Campos Gerais (MG)				Belém do S. Francisco (PE)
Mari (PB)	Carlos Chagas (MG)				Águas Belas (PE)
Solânea (PB)	Cássia (MG)				Pau dos Ferros (RN)
Areia (PB)	Cláudio (MG)				Lajes (RN)
São Benedito (CE)	Conc. das Alagoas (MG)				Apodi (RN)
Missão Velha (CE)	Conc. do Rio Verde (MG)				Pacajus (CE)
Limoeiro do Norte (CE)	Coromandel (MG)				Nova Russas (CE)
Ipu (CE)	Elói Mendes (MG)				Morada Nova (CE)
San. Pompeu (CE)	Ipanema (MG)				Bela Cruz (CE)
Viana (MA)	Lambari (MG)				Guadalupe (PI)
São Bento (MA)	Luz (MG)				Esperantina (PI)
Carolina (MA)	Matias Barbosa (MG)				São João dos Patos (MA)
Belterra (vila-PA)	Mirai (MG)				Lago da Pedra (MA)
Uruana (GO)	Mte. Alegre de Minas (MG)				Dom Pedro (MA)
	Monte Azul (MG)				Barra do Corda (MA)
	Nova Era (MG)				
	Pompeu (MG)				

Quadro 2 — (Conclusão)

CLASSE 1 < 20%	CLASSE 2 ≥ 20% a < 45%	CLASSE 3		CLASSE 4 ≥ 75% a < 100%	CLASSE 5 ≥ 100%
		3a. ≥ 45% a < 60%	3b. ≥ 60% a < 75%		
	Recreio (MG) Resplendor (MG) Rio Casca (MG) Rio Pomba (MG) St.º Ant. do Monte (MG) Serra dos Aimorés (MG) Castelo (MG) Uruçuca (BA) Tucano (BA) Santana (BA) Remanso (BA) Pau Brasil (BA) Livramento do Brumado (BA) Jaguaquara (BA) Iterantim (BA) Floresta Azul (BA) Eucl. da Cunha (BA) Esplanada (BA) Conc. do Almeida (BA) Castro Alves (BA) Campo Formoso (BA) Caetitê (BA) Bucrarema (BA) Barreiras (BA) Barra (BA) Amargosa (BA) Tobias Barrato (BA) Simão Dias (SE) Maruim (SE) Pilar (AL) Pão de Açúcar (AL) Matriz de Camarajipe (AL) També (PE) São Caetano (PE) São Bento do Una (PE) Uraúna (PE) Monteiro (PR) Itaporanga (PB) Cuité (PB) São José do Mipibu (RN) Nova Cruz (RN) Macaíba (RN) Várzea Alegre (CE) Russas (CE) Massapê (CE) Icó (CE) Ganga (CE) Cedro (CE) Baturité (CE) Barbalha (CE) São Raimundo Nonato (PI) Piracuruca (PI) Tuntum (MA) S. Domingos do Maranhão (MA) Rosário (MA) Arari (MA) Guiratinga (MT) Ladário (MT) Várzea Grande (MT) Anicuns (GO) Buriti Alegre (GO) Cametá (PA) Soure (PA)				

BIBLIOGRAFIA

1. BARAT, J. e GEIGER, P. P. Estrutura Econômica das Áreas Metropolitanas Brasileiras — *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, out., 1973, n.º 3 — IPEA.
2. BERRY, B. and HORTON, F. *Geographic Perspectives on Urban Systems*, 1970, Englewood Cliffs, New Jersey.
3. CASTELLS, M. *La Question Urbaine*, F. Maspéro (ed.), Paris, 1973.
4. CHAVES, L. F. Analisis descriptivo del padrón de asentamiento en Venezuela y sus cambios bajo el impacto de la urbanización — *Revista Geográfica*, 1973 (Universidad de los Andes/Merida—Venezuela).
5. DAVIDOVICH, F. Indústria, in *Região Sudeste — Geografia do Brasil*, IBGE, 1977, Rio de Janeiro.
———. *Funções Urbanas do Nordeste — BNB-ETENE/Fundação IBGE*, Fortaleza, Ceará — 1977.
———. B. DE LIMA, O. M. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil — *Revista Brasileira de Geografia*, ano 37, n.º 1, jan./mar., 1975, Rio de Janeiro.
———. Análise das Aglomerações Urbanas no Brasil — *Revista Brasileira de Geografia*, ano 38, n.º 4, out./dez., 1976, Rio de Janeiro.
6. FAISSOL, S. O Sistema Urbano Brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 35, n.º 4, out./dez., 1973, Rio de Janeiro.
7. FRIEDMANN, J. Integration of the Social System: an approach to the study of economic growth — reprinted from *Diogenes*, vol. 33, 1961 (Bobs-Merrill Reprint Series in Geography).
8. GEIGER, O. P. e DAVIDOVICH, F. Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob efeito da industrialização — *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, n.º 3, jul./set., 1974, Rio de Janeiro.
———, RUA, J. e RIBEIRO, L. A. Concentração urbana no Brasil: 1940-1970 — *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, dez., 1973, n.º 2 — IPEA.
9. HARVEY, D. *Social Justice and the City*. Edw. Arnold (ed.), London, 1973.
10. IBGE. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972.
11. KELLER, E. C. S. e MAGNANINI, R. L. C. População. in *Região Centro-Oeste, Geografia do Brasil*, IBGE, 1977.
12. MOREIRA DA ROCHA, R. V. Algumas considerações para a formulação de uma política urbano-industrial, in *Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial*, IPEA/INPES, série monográfica 16 (P. Haddad, ed.), Rio de Janeiro.
13. OLIVEIRA, F. e REIDHSTUL, H. P. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, *Estudos Cebrap* (4), São Paulo, abr./jun., 1973.
14. PORCARO, R. M. Industrialização e Tamanho Urbano — *Revista Brasileira de Geografia*, ano 39, n.º 1, 1977.
15. TOLOSA, H. C. Macroeconomia da urbanização brasileira — *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, out., 1973, n.º 3, IPEA, Rio de Janeiro.

SUMMARY

This paper tries to present the Brazilian urban system through a geographical perspective. Based on theories where the space is viewed as an expression of the social process and as a result of an historical elaboration, it intends to adopt a critical position in relation to the macroeconomic approach and to the theories generally used in geographical studies.

This paper, however, must be seen just as a proposal, since this theoretical development has not yet been carried out.

Supported by some basic ideas, it considers the Brazilian urban system as a whole. It deals, in the first place, with the complexity of the Brazilian urban system, which results from superpositions and interpenetrations of spatial structures created in different historical phases of the country. This complexity involves the emersion of an economy of industrial capitalist basis which gave rise to an intense urbanization, leading to a new elaboration of spatial structures by means of new forms that correspond to new social processes.

The considerable enlargement of the urban basis of the system is caused chiefly by the concentration, which is represented by metropolitan agglomerations and by the increasing number of big cities, and is more observed in the Southeast region, in detriment of other regions. The national dimension of the new spatial structure is based on the net of interactions developed by the industrial economy, whose focus of irradiation is the São Paulo—Rio axis.

Consequently, the process of urbanization in Brazil is related to the industrial economy, which comprises a series of dimensions and subdimensions called Scales of Urbanization. These scales are used as different dimensions of a same process of urbanization, assuming that the urbanization, by its turn, is one of the dimensions of the global process of development.

The synchronism of the system and the coexistence of different forms of the "urban" in the country are implicit in this approach, which emphasizes not only the relative position of the towns in the system, but also the function that they perform in the different forms of organization of the production.

The main Scales of Urbanization (Metropolization, Tangencyment to the Metropolization, Regional Functions, and Frontier of Resources) are interpreted by means of indicators such as size, urban growth, income, and position in the industrial activity.

The Scale of Metropolization comprehends the various kinds of metropolitan areas and many of the urban agglomerations; that of Tangencyment encloses centers in an intermediate situation, that tend toward the integration in metropolitan structures and at the same time maintain their traditional regional functions; that of the Regional Functions involves centers that are characterized as central localities, because of their dominantly mercantile structure; and that of the Frontier of Resources comprises Macapá and centers smaller than the limits fixed to the present interpretation. These centers provide a great support to the interiorization of the country, which is stimulated by the demand for raw material and foodstuff.

Finally, it asserts that the Scales of Urbanization put into evidence an urban system subjected to very quick changes, which are evaluated by the rhythm of growth, by the eager social inequalities, and by the territorial distribution of the centers. These scales can also contribute to the urban policy, for they suggest distinct strategies to the different forms of the "urban" in the country. Under this perspective, the Scales of Urbanization raise problems of deconcentration and decentralization of activities.

RÉSUMÉ

Ce travail essaie de présenter le système urbain brésilien dans une perspective géographique. Il se propose d'adopter une position critique par rapport aux points de vue macro-économiques et aux théories usuellement employées dans les études géographiques, en s'appuyant sur des théories où l'Espace est vu comme l'expression du procès social et comme le résultat d'une élaboration historique.

Cependant, ce développement théorique n'a pas encore été concrétisé, et ce travail doit être vu seulement comme un propos.

Basé sur quelques idées fondamentales, il considère le système urbain brésilien comme un tout. Il traite, en premier, de la complexité du système urbain brésilien, qui résulte des superpositions et des interpénétrations des structures spatiales à travers des formes nouvelles qui correspondent à de nouveaux procès sociaux.

La considérable ampliation de la base urbaine du système est faite surtout par la concentration, qui est représentée par les agglomérations métropolitaines et par le croissant nombre

de grandes villes, et qui est plus observée dans la région Sud-est, au détriment d'autres régions. La dimension nationale de la nouvelle structure spatiale s'appuie sur le réseau d'interactions développé par l'économie industrielle, dont le foyer d'irradiation est l'axe São Paulo-Rio.

Donc, le procès d'urbanisation au Brésil se rapporte à l'économie industrielle, qui comprend une série de dimensions et de subdimensions qu'on appelle Echelles de l'Urbanisation. Ces échelles sont considérées comme de différentes dimensions du même procès d'urbanisation, si l'on part du principe que l'urbanisation est une des dimensions du procès global de développement.

Le synchronisme du système et la coexistence des différentes formes de l'"urbain" dans le pays sont implicites dans cette perspective, qui détache la position relative des villes dans le système et la fonction qu'elles développent dans les différentes formes d'organisation de la production.

Les plus importantes Echelles de l'Urbanisation (Métropolisation, Tangencement à la Métropolisation, Fonctions Régionales, et Frontière de Ressources) sont interprétées au moyen d'indicateurs comme la grandeur, la croissance urbaine, le revenu, et la position dans l'activité industrielle.

L'Echelle de Métropolisation traite des divers types d'aires métropolitaines et de beaucoup d'agglomérations urbaines; celle du Tangencement à la Métropolisation embrasse des centres qui ont une situation intermédiaire, c'est-à-dire, ils tendent à s'intégrer dans les structures métropolitaines en même temps qu'ils maintiennent leurs fonctions régionales traditionnelles; celle des Fonctions Régionales se rapporte aux centres considérés comme des localités centrales, à cause de la structure surtout mercantile dans laquelle ils se trouvent; et celle de la Frontière de Ressources comprend Macapá et les centres qui sont plus petits que les limites fixées pour cette interprétation. Ces centres contribuent à l'intériorisation du pays, qui est stimulée par la nécessité d'obtenir des matières premières et de produire des aliments.

A la fin, il montre que les Echelles de l'Urbanisation mettent en évidence un système urbain qui change très vite. Cette change est estimée par le rythme de croissance, par les grandes disparités sociales, et par la distribution territoriale des centres. Ces échelles peuvent aussi aider à la politique urbaine, puisqu'elles suggèrent des stratégies différentes pour les différentes formes de l'"urbain" dans le pays. De ce point de vues, les Echelles de l'Urbanisation soulèvent des problèmes de deconcentration et de décentralisation des activités.